

CONJUNTURA ECONÔMICA GOIANA

2

Boletim Trimestral

Novembro - 2004

GOVERNO DE GOIÁS
Marconi Ferreira Perillo Júnior

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
José Carlos Siqueira

CHEFIA DE GABINETE
Leônidas de Lima Neto

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA
Humberto Tannús Júnior

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICA, PESQUISA E INFORMAÇÃO
Lillian Maria Silva Prado

CONSELHO EDITORIAL
Célio Costa
Lillian Maria Silva Prado
Marcelo Ladvocat

COORDENAÇÃO
Marcos Fernando Arriel

EQUIPE TÉCNICA
Alex Salvino Dias
Dinamar Maria Ferreira Marques
Lillian Maria Silva Prado
Marcos Fernando Arriel

COLABORAÇÃO
Ludimila Lemos de Carvalho
Paulo Luiz Lício
Waldedy Maria de Paula

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.
As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da
Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento.

Tiragem: 1.000 exemplares

Conjuntura Econômica Goiana, n. 02 - (2004-).
Goiânia: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, 2004.
48p. : il

Trimestral

ISSN 1807-4871

CDU; 338

SEPLAN
SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO



Um Estado melhor a cada dia



Sepin
Superintendência de Estatística
Pesquisa e Informação

Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira nº 3 Centro
CEP 74.003-010 - Goiânia - Goiás

Tel: (62) 201-7878

Internet: www.seplan.go.gov.br/sepim

e-mail: sepim@seplan.go.gov.br

Sumário

<i>Efeitos Perversos da Concentração Econômica na Região Metropolitana de Goiânia</i>	3
<i>Guerra Fiscal</i>	11
<i>Goiás nos Trilhos</i>	15
<i>Plataforma Logística: Competitividade e Futuro</i>	19
<i>Riqueza Natural de Minaçu e seus Impactos Ambientais na Economia Regional, na Década de 1990</i>	23
<i>Cadeia Produtiva de Suínos e Aves na Microrregião Sudoeste Goiano</i>	28
<i>A Importância do Agronegócio para Goiás</i>	33
<i>Inserção e Perspectivas do Nordeste Goiano na Divisão Regional do Trabalho em Goiás</i>	36
<i>Nova Abertura Econômica Brasileira: Sustentabilidade ou Euforia?</i>	41
<i>Pesquisa de Intenção de Investimentos no Estado de Goiás</i>	46

A apresentação

O debate de idéias, a análise técnica da realidade e as sugestões advindas do resultado dessas discussões são contribuições importantes ao avanço social e econômico de um povo. A avaliação isenta dos aspectos relacionados aos processos de desenvolvimento enriquecem as propostas de ação e respaldam as medidas político-administrativas que objetivam mudar, para melhor, as realidades.

É com essa visão que o Governo de Goiás, através da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento dá seqüência à sua tarefa de estimular a participação efetiva da comunidade acadêmica, economistas dos mais diversos setores, professores e pesquisadores na análise clara e objetiva das questões econômicas e sociais que permeiam o conjunto da população de Goiás, por meio do boletim trimestral Conjuntura Econômica Goiana.

Em sua segunda edição, a publicação traz farto material analítico de renomados técnicos como Aristides Moysés, doutor em Ciências Sociais, que discorre sobre os 'Efeitos Perversos da Concentração Econômica na Região Metropolitana de Goiânia'. Outro destaque é o estudo do economista e mestre em Geografia pela UFG, professor César Augustus Labre Lemos de Freitas, sobre 'Inserção e Perspectivas do Nordeste Goiano na Divisão Regional do Trabalho em Goiás'.

O tema 'A Nova Abertura Econômica Brasileira: Sustentabilidade ou Euforia?' é abordado pelo economista Flávio Henrique de Sarmiento Seixas. Em outro estudo, a polêmica questão da 'Guerra Fiscal' é analisada pelo economista Júlio Alfredo Rosa Paschoal. No artigo 'Goiás nos Trilhos', o vice-presidente do Conselho Regional de Economia, professor Paulo Borges Campos Júnior, fala da importância do setor ferroviário para o desenvolvimento de Goiás. Também no âmbito da logística, o gestor de Planejamento e Orçamento da Seplan, Alexandre Demartini Rodrigues, elaborou o artigo 'Plataforma Logística: Competitividade e Futuro'.

A importância do amianto é destacada no trabalho 'Riqueza Natural de Minaçu e Seus Impactos Ambientais na Economia Regional', elaborado pela professora Cristina Socorro da Silva. O agronegócio também é focalizado nesta segunda edição. Os economistas Marcos Fernando Arriel e Dinamar Maria Ferreira Marques trabalharam no artigo 'Cadeia Produtiva de Suínos e Aves na Microrregião Sudoeste Goiano'. Outro tema nesta área foi elaborado pela economista Karine Cristiane Ferreira, que aborda 'A Importância do Agronegócio'.

É preciso ressaltar que o brilhantismo tanto dessa quanto da primeira edição só é possível graças à dedicação, esforço e empenho de cada um dos colaboradores. Registramos, portanto, nosso preito de gratidão aos que contribuíram com este número e aos que atuaram no número anterior, bem assim, aos que participaram de reuniões, aos que nos orientaram e aos que na Seplan são os responsáveis pela execução, brilhante aliás, como os artigos publicados, deste trabalho.

Com tão expressivas e valiosas contribuições, temos convicção de que estamos, por meio do Conjuntura Econômica Goiana, fomentando as discussões, aprimorando a prática democrática e cumprindo a meta estabelecida pelo governador Marconi Perillo de oferecer à população de Goiás informações claras e precisas sobre a nossa realidade presente.

José Carlos Siqueira

Secretário do Planejamento e Desenvolvimento



Efeitos Perversos da Concentração Econômica na Região Metropolitana de Goiânia



Aristides Moysés *

A concentração atual da população e da riqueza nas metrópoles brasileiras¹ tem raízes históricas. As cidades atraem o homem, e este se encanta com as cidades. É óbvio que essa relação não é só de encantamento. Por trás dela existe um processo de indução e de atração que remonta à história contemporânea da sociedade brasileira. Refiro-me ao processo de urbanização/industrialização que se consolidou de forma mais efetiva, no Brasil, no início dos anos 1930 e se estendeu pelas décadas seguintes. A Revolução de Trinta veio como resposta positiva aos interesses ligados às cidades e às indústrias nascentes, e negativa à hegemonia dos setores agrário-exportadores. A conquista da hegemonia na orientação da política econômica dos novos atores consolidou-se lentamente. Registre-se que essa hegemonia ocorreu sem que se rompesse com as relações arcaicas de poder lastreado na propriedade fundiária².

Por outro lado, a história registra que o enfrentamento à concentração (de renda, poder, terra,

riqueza) é uma luta inglória. A retórica dos políticos que pleiteiam cargos no executivo e no legislativo sinaliza para a superação das disparidades regionais. Uma vez eleitos cada um a seu modo, orientam suas ações em função de interesses não explicitados nas respectivas campanhas políticas. E assim, o Brasil e seus respectivos entes federativos seguem sua trajetória histórica concentradora de riqueza de um lado, e, de outro, grande parte da população, silenciosa e inerte, assiste ao crescimento acelerado da pobreza que, ao longo do tempo, vai se transformando em miséria.

Esse ensaio está estruturado em duas partes. Na primeira pretendo contextualizar a Região Metropolitana em relação ao Estado de Goiás, utilizando para isso alguns indicadores demográficos

e econômicos; na segunda, farei algumas considerações, lastreadas em indicadores importantes quanto aos efeitos perversos da concentração econômica que ocorre num Estado que está se desenvolvendo, porém não consegue distribuir de forma justa e espacial esse desenvolvimento.

A RMG no contexto do Estado de Goiás

Observando-se o desempenho da economia metropolitana em relação à economia estadual, é evidente que a participação da RMG é expressiva. Para efeito dessa análise, utilizaremos dados da década de 90, com destaque para os anos, 1990, 1995, 2000 e 2002, período esse que corresponde aos governos Collor, FHC e aos dois primeiros anos do governo Lula.

Parodiamos uma bela canção brasileira que diz: "a população vai aonde o emprego está". No caso do Estado de Goiás, o mercado gerador de trabalho mais pujante está na RMG, conferindo-lhe o status de território mais concentrado economi-

"A população vai aonde o emprego está. No caso do Estado de Goiás, o mercado gerador de trabalho mais pujante está na RMG".

* Professor e Coord. do Centro de Pesquisas Econômicas da UCG. Doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP. Coord. e pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Urbanas e Regionais do Centro-Oeste - GEPUR-CO - e do Observatório das Metrópoles: núcleo de Goiânia. Diretor do Departamento de Ordenamento Sócio-Econômico da Secretaria Municipal de Planejamento. e-mail: arymoyses@uol.com.br.

¹ Moysés, 2004.

² Pode-se inferir que a não realização da Reforma Agrária no Brasil até hoje seja um marco de resistência (e ainda de hegemonia) dos setores derrotados pela Revolução de Trinta. A chamada "bancada ruralista" do Congresso Nacional, apoiada pelos pecuaristas e parlamentares dos Estados e Municípios, articula o suficiente para que a Reforma Agrária não passe de um arremedo e não vá além dos assentamentos rurais sem apoio político, técnico e econômico.

ca e populacionalmente do Estado, conforme Tabela 1 (número de estabelecimentos) e Tabela 2 (setores econômicos). No tocante às atividades produtivas, nota-se que grande parte do portfólio econômico está na RMG e, dentro dela, os dados mostram que os investimentos são majoritariamente dirigidos ao município de Goiânia.

Destarte, observa-se que os dados da RAIS sinalizam para um movimento de desconcentração das atividades produtivas a partir de 2000, provavelmente devido à formação de novos espaços produtivos no Estado e, principalmente, estímulo aos espaços econômicos já consolidados³.

Tabela 1
Evolução total dos estabelecimentos na Região Metropolitana de Goiânia
1990, 1995, 2000 e 2002

Municípios	1990	%	1995	%	2000	%	2002	%
Abadia de Goiás	-	-	-	-	47	0,2	67	0,2
Aparecida de Goiânia	460	3,5	794	4,2	1.952	6,8	2.628	7,8
Aragoiânia	9	0,1	26	0,1	83	0,3	108	0,3
Goianápolis	13	0,1	34	0,2	68	0,2	68	0,2
Goiânia	12.402	94,0	17.363	91,8	24.741	86,5	28.694	84,9
Goianira	23	0,2	130	0,7	216	0,8	274	0,8
Hidrolândia	25	0,2	85	0,4	249	0,9	281	0,8
Nerópolis	80	0,6	142	0,8	408	1,4	496	1,5
Santo Antônio de Goiás	-	-	13	0,1	59	0,2	83	0,2
Senador Canedo	10	0,1	61	0,3	252	0,9	372	1,1
Trindade	164	1,2	269	1,4	512	1,8	711	2,1
Total RMG	13.186	100,0	18.917	100,0	28.587	100,0	33.782	100,0
Total Estado de Goiás	26.503	1,647	43.661	3,485	152.180	1,151	180.939	
RMG/Estado (%)	49,8		43,3		18,8		18,7	
Goiânia/Estado (%)	46,8		39,8		16,3		15,9	

Fonte: MTE - RAIS. Elaboração: Prefeitura de Goiânia - Seplam/DPSE/DVPE

Tabela 2
Evolução dos estabelecimentos da Região Metropolitana de Goiânia - 1990 a 2002

Setores econômicos	1990	%	1995	%	2000	%	2002	%
Extrativista Mineral	24	0,2	27	0,1	31	0,1	26	0,1
Ind. Transformação.	2.004	15,2	2.520	13,3	3.774	13,2	4.234	12,5
Serv. Ind. Útil. Pública	16	0,1	75	0,4	33	0,1	47	0,2
Construção Civil	482	3,7	1.038	5,5	1.585	5,6	1.918	5,7
Comércio	4.923	37,3	7.129	37,8	11.136	39,0	13.319	39,4
Serviços	4.357	33,0	6.664	35,2	10.529	36,8	12.507	37,0
Administração Pública	90	0,7	115	0,6	115	0,4	111	0,3
Agropecuária.	118	0,9	549	2,9	1.378	4,8	1.610	4,8
Outros	1.172	8,9	800	4,2	2	0,0	0	0
Total RMG	13.186	100,0	18.917	100,0	28.587	100,0	33.782	100,0
Estado de Goiás	26.503	1,647	43.661	3,485	152.180	1,151	180.939	
Total Goiânia	12.402	1,400	17.363	1,425	24.741	1,160	28.694	
Total Anápolis	2.345	1,249	2.929	2,781	8.148	1,179	9.604	

Fonte: MTE - RAIS. Elaboração: Prefeitura de Goiânia - Seplam/DPSE/DVPE

Esse processo de concentração vem ocorrendo de forma crescente desde a instalação da nova capital do Estado de Goiás. A construção de Goiânia nos anos 1930 simboliza um marco precoce da modernização no Planalto Central Brasileiro. A propósito, Moysés, 2001 (capítulo 2), lembra que três aspectos sobressaem-se nesse período:

O primeiro é a necessidade de se criarem novos mercados que possibilitassem a acumulação de capital que estava em curso. Neste sentido, a revolução de 30 abre caminho para que esse objetivo se concretizasse.

Segundo, a cidade é o lócus privilegiado da acumulação, dado o seu caráter de aglomeração. Terceiro, nesse período o Estado assume papel preponderante, já que a criação de novos mercados e o processo de acu-

³ Novamente, por limitação de espaço, essa nova configuração espacial da economia goiana será discutida em outra oportunidade, razão pela qual vamos omitir essa questão nesse ensaio. A cidade de Anápolis serve como exemplo de um espaço econômico consolidado que ampliou o seu potencial econômico em mais de 170% no período de 1995 a 2000 e em aproximadamente 18% no período de 2000 a 2002.



mulação de capital tinham o Estado como ator necessário e indispensável.

Pode-se afirmar que essas três condições foram decisivas para que se formasse em torno da jovem capital um espaço econômico dinâmico e diversificado que se tornou, já nos anos 1960-1970, um importante entreposto comercial, com função local e regional. A condição de entreposto comercial, segundo estudos recentes do IPEA/UNICAMP-IE-NESUR/IBGE, ele-

vou Goiânia, no ranking das capitais brasileiras, à condição de metrópole regional e, segundo a REGIC/IBGE, o seu raio de influência extrapola atualmente os limites do Estado de Goiás, envolvendo um contingente populacional de aproximadamente 7 (sete) milhões de pessoas. Analisando-se o aspecto populacional, observa-se na Tabela 3 que existem três cidades próximas (Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis) que concentram mais de um terço da população do Estado⁴.

Tabela 3
População Total, Urbana, Rural e participação percentual da população urbana na população urbana do Estado de Goiás.

Cidades	Pop. Total		Pop. Urbana		Pop. Rural		Participação % pop urbana de Goiás	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Goiânia	922.222	1.093.007	913.485	1.085.806	8.737	7.201	28,1	24,7
Anápolis	239.378	288.085	226.925	280.164	12.453	7.921	7,0	6,4
Ap. de Goiânia	178.483	336.392	175.555	335.547	2.928	845	5,4	7,6
RMG	1.230.445	1.639.516	1.184.251	1.612.874	46.194	26.642	36,5	36,7
Est. Goiás	4.018.903	5.003.228	3.247.676	4.396.645	771.227	606.583	100,0	100,0

Fonte: IBGE: Censo 2000 - Dados organizados pelo autor.

Os dados da Tabela 3 mostram que Goiânia concentra 24,7% da população urbana do Estado, e que na Região Metropolitana esse percentual chega a 36,7%. Goiânia e Anápolis conforme (Censo de 1991 e 2000), experimentaram uma leve queda na concentração da população (3,4% e 0,6% respectivamente) enquanto que Aparecida passou a concentrar 2,2% a mais. O núcleo central da metrópole - Goiânia - continua crescendo com taxas menores, mas é o dinamismo econômico da metrópole que atrai migrantes para os municípios vizinhos.

A taxa média de crescimento na década de 1990 vem se mantendo em 3,2% ao ano para a RMG, sendo que essa média está sendo puxada, não por Goiânia, mas por municípios como Senador Canedo (9,3%), Aparecida de Goiânia (7,3%), Abadia de Goiás (6,3%), Santo Antônio de Goiás (5,1%), Trindade e Goianira, com taxas acima de 4% ao ano, como mostra a Tabela 4⁵.

⁵ O fato de ainda existir na RMG cerca de mais de 400 mil lotes vagos, sendo aproximadamente 100 mil só em Goiânia é motivo de grandes preocupações, na medida em que a ocupação desses lotes significa mais pressão sobre o mercado de trabalho e mais demanda por serviços públicos, conforme mostra o estudo realizado pela Arca/Seplan-GO/UCG.

Como fator de pressão é preciso considerar também⁶ o imenso rural metropolitano, sobre o qual a voracidade do mercado imobiliário, aliado a políticos oportunistas, paira como "espada de Dâmocles" diante da possibilidade de transformar esse território rural em território urbano, elevando com isso o custo para se morar na cidade e, o que é pior, acentuando o processo de segregação sócio-espacial em curso desde meados dos anos 1980.

Felizmente existe a possibilidade de se conter o avanço da expansão urbana metropolitana, sobretudo sobre as áreas rurais. Entretanto, é necessário que os atores envolvidos (governos municipais, governo estadual e federal, sociedade civil organizada) disponham-se a elaborar um plano de ordenamento e crescimento

⁴ Muito embora Anápolis não pertença a RMG, dada a proximidade e o fluxo de pessoas e mercadorias que se realiza diariamente entre elas, tenho considerado em meus estudos essa importante cidade como parte do que chamo de Área Metropolitana (Tabela 2).

⁶ Preliminarmente posso adiantar, com base em estudo que estou realizando, que o rural da Região Metropolitana de Goiânia é bastante produtivo e diversificado e pode ser ampliado tanto para abastecer o mercado metropolitano de consumo quanto para gerar excedentes exportáveis.

metropolitano, conseqüente, que seja respeitado por todos. Nesse sentido, espera-se que os próximos prefeitos tenham sensibilidade para perceberem que os problemas locais são tam-

bém metropolitanos e, mesmo não havendo um organismo com atuação supramunicipal, o que se espera é que tomem iniciativas para além da gestão de seus respectivos municípios⁷.

Tabela 4
População Total da Região Metropolitana de Goiânia por município e Taxa de Crescimento Anual Segundo Censos Demográficos 1991 e 2000 e Contagem Populacional de 1996.

Municípios	1991	1996	2000	Taxa de Crescimento Anual (%)		
				91-96	96-2000	91-2000
Abadia de Goiás	2.860	3.343	4.971	3,2	10,4	6,3
Aparecida de Goiânia	178.483	265.868	335.392	8,3	6,0	7,3
Aragoiânia	4.910	5.713	6.424	3,1	2,9	3,0
Goianápolis	10.716	10.191	10.671	-1,0	1,1	-0,1
Goiânia	922.222	1.001.756	1.093.007	1,7	2,1	1,9
Goianira	12.896	15.194	18.719	3,3	5,4	4,2
Hidrolândia	10.254	11.199	13.086	1,8	3,2	2,4
Nerópolis	12.987	15.241	18.578	3,3	5,1	4,1
St. Antônio de Goiás	1.988	2.437	3.106	4,2	6,2	5,1
Senador Canedo	23.905	44.266	53.105	13,1	4,6	9,3
Trindade	54.072	68.558	81.457	4,9	4,6	4,8
Total RMG	1.235.293	1.443.766	1.638.516	3,2	3,2	3,2

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e Contagem Populacional - Dados organizados pela Prefeitura de Goiânia/Secretaria Municipal de Planejamento/Departamento de Ordenação Sócio-Econômico/Divisão de Estudos Sócio-econômicos

Tabela 5
Faixa etária produtiva na Região Metropolitana de Goiânia, em Goiânia e no Estado de Goiás em 2002

Faixa Etária	RMG		Goiânia		Estado de Goiás	
	Pessoas Empregadas	%	Pessoas Empregadas	%	Pessoas Empregadas	%
10 a 17	8.388	65,0	7.763	60,4	12.858	100,0
18 a 39	288.996	55,0	238.109	45,5	523.523	100,0
40 a 64	139.014	58,0	122.453	51,1	239.804	100,0
65 ou mais	2.359	46,5	2.038	40,2	5.071	100,0
Ignorados	73	39,0	68	36,4	187	100,0
Total	438.830	56,1	370.431	47,4	781.443	100,0
Goiânia/RMG				84,4		
Goiânia/Goiás						47,4
RMG/Goiás		56,1				

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS - Dados reorganizados pelo autor. Elaboração: Prefeitura de Goiânia - Seplam/DPSE/DVPE/DVSE

Os dados da Tabela 5 reforçam a idéia de concentração produtiva na RMG, tendo como parâmetro o mercado de trabalho. Nota-se que 56% da força de trabalho formal, em 2002, concentram-se nos municípios da Região Metropolitana de Goiânia.

O grau de concentração torna-se mais assustador quando se correlaciona Goiânia com a RMG e Goiânia com o Estado de Goiás (Tabelas 5), dando-se destaque ao conjunto da força de tra-

balho, sobretudo na faixa etária mais numerosa (55%), ou seja, dos 18 aos 39 anos.

Apesar dos números mostrarem que, em termos de quantidade de estabelecimentos, existe uma tendência de desconcentração a partir de 2000, nota-se

⁷ Existe um PL do Deputado Walter Feldmam instituindo o Estatuto da Metrôpole, com o propósito de definir um conjunto de Diretrizes para uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano e a criação de um Sistema Nacional de Planejamento e Informações Regionais Urbanas.



que, pelo lado do mercado de trabalho goiano em 2002, existe uma forte concentração de emprego formal na RMG (56%), e que Goiânia, enquanto sede da metrópole, emprega 47,4% do conjunto da força de trabalho estadual. Ressalta-se também que 84% da força de trabalho metropolitana estão concentradas no município de Goiânia.

Considerações finais

Estudos realizados por consultorias especializadas indicam Goiânia como um mercado promissor do ponto de vista do consumo. Esse mercado consumidor possui uma ampla clientela que vai além do espaço metropolitano. E isso é verdade. Os vários shoppings estão em franca ex-

pansão; os grandes hipermercados esparramam suas lojas estrategicamente pela cidade, normalmente nas regiões onde o poder de compra é mais forte; as grifes mais significativas estão presentes; o mercado automotivo é amplo, diversificado e comercializa as marcas voltadas para mercados restritos; o mercado imobiliário, mesmo em tempos de crise, produz e comercializa todas as unidades habitacionais de alto luxo. O boom mais recente são os condomínios horizontais fechados presentes em vários municípios da RMG. No entanto, os indicadores que vamos mostrar a seguir revelam a existência de uma parcela significativa da população que não participa desse pujante mercado consumidor, conforme Tabela 6.

Tabela 6
População Residente de 10 anos e mais de idade e situação ocupacional

Municípios	Pop. em Idade Ativa	Pop. Econ. Ativa	Pop. Ocupada	Taxa Ativa	Taxa Ocupada	Taxa Desocupada
Abadia de Goiás	3.913	2.564	2.128	65,5	82,9	17,1
Aparecida de Goiânia	263.359	165.017	143.238	62,7	86,8	13,2
Aragoiânia	5.190	3.021	2.738	58,2	90,6	9,4
Goianápolis	8.421	4.665	4.219	55,4	90,5	9,5
Goiânia	911.064	574.280	505.789	63,0	88,1	11,9
Goianira	14.848	8.970	7.647	60,4	85,3	14,7
Hidrolândia	10.654	6.168	5.598	57,9	90,8	9,2
Nerópolis	14.966	9.426	8.217	63,0	87,2	12,8
S. Antonio de Goiás	2.483	1.514	1.283	61,0	84,8	15,2
Senador Canedo	40.953	25.233	20.682	61,6	81,9	18,1
Trindade	65.152	38.100	31.893	58,5	83,7	16,3
Total RMG	1.341.003	838.958	733.432	62,6	87,4	12,6

Fonte: IBGE - Censo 2000

Produção Metrodata/Pesquisa: Metrôpoles, desigualdades sócioespaciais e governança urbana/Observatório das Metrôpoles: Núcleo de Minas Gerais/Proex-PUC-MG

Dados reorganizados pelo autor/Observatório das Metrôpoles: Núcleo de Goiânia

A taxa de atividade (PEA como proporção da PIA) indica a proporção das pessoas de 10 e mais anos de idade que estão inseridas no mercado de trabalho, ou seja, mede a intensidade da participação das pessoas em cada município no mercado de trabalho, e a taxa de ocupação indica a proporção da População Economicamente Ativa - PEA - que estava ocupada na semana de referência do Censo Demográfico. À primeira vista, chama a atenção os 12,6% da PEA que estão fora do mercado de trabalho formal. Essas mais de 100 mil pessoas estão reforçando o mercado informal de trabalho, onde se inserem de forma precária, destituídas das condições mínimas de proteção social que o trabalho

oferece. A taxa de desocupação é elevada em quase todos os municípios da RMG, sobretudo se levarmos em consideração que, da força de trabalho disponível (PIA), 37,4% estavam fora do mercado de trabalho na semana de referência do Censo 2000, indicando que apenas dois terços da força de trabalho metropolitana estava empregada⁸.

⁸ O IBGE não realiza a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) em Goiânia. Apenas o CAGED mostra a movimentação de admitidos e demitidos mensalmente, retratando o que ocorre apenas no mercado formal de trabalho. Por isso, a única referência que temos são os dados do Censo 2000, os quais permitem fazer inferências sobre a provável taxa de desemprego na RMG.

Tabela 7
População ocupada e grau de formalização e informalização do trabalho principal

Municípios	Total	Setor Formal		Mercado de Trabalho	
		Sim	Não	Grau de Formalização	Grau de Informalização
Abadia de Goiás	2.128	708	1.417	33,3	66,7
Aparecida de Goiânia	143.238	69.537	73.701	48,6	51,4
Aragoiânia	2.738	829	1.909	30,3	69,7
Goianápolis	4.219	704	3.515	16,7	83,3
Goiânia	505.789	231.880	273.909	45,9	54,1
Goianira	7.647	3.408	4.239	44,6	55,4
Hidrolândia	5.598	2.212	3.386	39,5	60,5
Nerópolis	8.217	2.967	5.250	36,1	63,9
Santo Antônio de Goiás	1.283	609	674	47,5	52,5
Senador Canedo	20.682	10.009	10.673	48,4	51,6
Trindade	31.893	13.987	17.906	43,9	56,1
Total RMG	733.432	336.850	396.582	45,9	54,1

Fonte: IBGE - Censo 2000

Produção Metrodata/Pesquisa: Metrôpoles, desigualdades sócioespaciais e governança urbana/Observatório das Metrôpoles: Núcleo de Minas Gerais/Proex-PUC-MG

Dados reorganizados pelo autor/Observatório das Metrôpoles: Núcleo de Goiânia

Mesmo considerando a retomada do crescimento da economia a partir de 2003, trabalho com a hipótese de que a onda positiva sinalizada pelo mercado ainda não reduziu significativamente a taxa de desocupação na RMG. Isso só será possível quando a economia produzir taxa de crescimento continuada por um período mínimo de cinco anos, de modo a reduzir o grau de informalização da economia metropolitana que, no nosso caso, supera 50% do mercado de trabalho (Tabela 7), ou seja, um número significativo de pessoas disponibili-

zam sua capacidade produtiva para esse setor. Cabe lembrar que o mercado informal de trabalho é extremamente complexo e não se resume aos feirantes, biscateiros, ambulantes e sacoleiros. Essas categorias têm crescido em função da reestruturação produtiva que impôs novos padrões de organização do trabalho, com destaque para a precarização das relações entre patrões e empregados e pela onda empreendedorista que se apresenta como solução para as altas taxas de desemprego que o país enfrenta.

Tabela 8
Famílias por classe de rendimento mensal do Responsável em Salário Mínimo

Municípios	Percentual de Famílias por classe de rendimento mensal do Responsável em Salário Mínimo				
	Até 2	Mais de 2 a 5	Mais de 5 a 10	Acima de 10	Total
Abadia de Goiás	59,1	26,1	9,2	5,6	100,0
Aparecida de Goiânia	51,2	34,4	10,5	3,5	100,0
Aragoiânia	64,7	22,7	7,5	5,1	100,0
Goianápolis	73,6	20,2	4,2	2,0	100,0
Goiânia	37,3	29,1	16,7	16,9	100,0
Goianira	61,5	26,2	8,8	3,5	100,0
Hidrolândia	61,4	25,7	8,6	4,3	100,0
Nerópolis	61,1	25,4	8,4	5,1	100,0
Santo Antônio de Goiás	49,8	29,2	14,1	6,9	100,0
Senador Canedo	59,4	31,2	7,4	2,0	100,0
Trindade	60,9	28,3	7,5	3,3	100,0
Total RMG	43,1	30,0	14,4	12,5	100,0

Fonte: IBGE - Censo 2000

Produção Metrodata/Pesquisa: Metrôpoles, desigualdades sócioespaciais e governança urbana/Observatório das Metrôpoles: Núcleo de Minas Gerais/Proex-PUC-MG

Dados reorganizados pelo autor/Observatório das Metrôpoles: Núcleo de Goiânia

Outra variável que reflete a concentração de renda na RMG é a renda do responsável (Tabela 8), pois mais de 70% recebem até 5 salários mínimos, e apenas 12,5% possuem rendimento men-

sal acima de 10 salários. Se tomarmos a renda familiar per capita, a situação é mais grave, pois esta reflete a soma dos rendimentos da família dividida pelos membros do domicílio.



Tabela 9
Famílias por classe de rendimento Familiar mensal Per capta em Salário Mínimo

Municípios	PPercentual de Famílias por classe de rendimento Familiar mensal Per capta em Salário Mínimo				
	Até ½	Mais de ½ a 1	Mais de 1 a 3	Acima de 3	Total
Abadia de Goiás	28,9	29,0	33,4	8,8	100,0
Aparecida de Goiânia	21,2	30,8	38,5	9,5	100,0
Aragoiânia	25,6	33,0	32,4	9,0	100,0
Goianápolis	35,5	38,4	21,7	4,4	100,0
Goiânia	12,1	19,8	38,5	29,6	100,0
Goianira	24,8	34,2	33,9	7,1	100,0
Hidrolândia	24,3	32,5	34,9	8,3	100,0
Nerópolis	24,6	29,3	36,7	9,4	100,0
Santo Antônio de Goiás	23,4	24,4	42,0	10,2	100,0
Senador Canedo	28,2	31,8	33,8	6,2	100,0
Trindade	26,0	33,4	33,4	7,2	100,0
Total RMG	15,8	23,4	38,0	22,8	100,0

Fonte: IBGE - Censo 2000

Produção Metrodata/Pesquisa: Metrôpoles, desigualdades sócioespaciais e governança urbana/Observatório das Metrôpoles: Núcleo de Minas Gerais/Proex-PUC-MG

Dados reorganizados pelo autor/Observatório das Metrôpoles: Núcleo de Goiânia

Em outros termos, os dados da Tabela 9 mostram que a renda per capita de dois terços das famílias é de ½ a 3 salários mínimos mensais, e que 15,8% das famílias encontram-se na linha da pobreza. Apenas 22,8% das famílias percebem

acima de três salários mínimos. A renda ganha relevância quando se cruza com outras variáveis como anos de estudos, cor, etnias, profissões, participação social e, principalmente, a localização espacial da mão-obra⁹.

Tabela 10
População Residente de 15 anos e mais de idade que trabalha ou estuda e pessoas que realizaram movimento pendular

Municípios	Números de Pessoas de 15 anos e mais de idade				Percentual de Pessoas	
	Total	Trabalham ou Estudam	Trabalham ou estudam fora do município de residência	Dirigem-se ao Pólo	Trabalham ou estudam em outro município	Dirigem-se ao Pólo
Abadia de Goiás	3.400	2.319	705	620	30,4	87,9
Ap. de Goiânia	228.427	161.674	69.956	66.163	43,3	94,6
Aragoiânia	4.550	3.037	398	332	13,1	83,4
Goianápolis	7.318	4.603	222	36	4,8	16,2
Goiânia	812.707	589.498	15.353	0	2,6	0,0
Goianira	12.934	8.417	3.021	2.748	35,9	91,0
Hidrolândia	9.291	6.104	704	593	11,5	84,2
Nerópolis	13.049	9.203	1.176	926	12,8	78,4
S. Antônio de Goiás	2.167	1.452	305	265	21,0	86,9
Senador Canedo	35.065	23.410	11.199	10.475	47,8	93,5
Trindade	56.975	36.524	9.454	8.289	25,9	87,7
Total RMG	1.185.883	846.241	112.493	90.447	13,3	80,4

Fonte: IBGE - Censo 2000

Produção Metrodata/Pesquisa: Metrôpoles, desigualdades sócioespaciais e governança urbana/Observatório das Metrôpoles: Núcleo de Minas Gerais/Proex-PUC-MG

Dados reorganizados pelo autor/Observatório das Metrôpoles: Núcleo de Goiânia

Concluindo, não o texto, que é apenas parte de uma pesquisa mais ampla sobre as metrôpoles brasileiras (vide nota 9), arrola informações relativas ao movimento pendular que está ocorrendo na RMG. Os dados estão reunidos na Tabela 10 e mostram que, do total de pessoas com 15 anos e mais de idade que trabalham ou estudam nos respectivos municípios da RMG (846.241), 13,3% o fazem em ou-

tros municípios (112.493) e, destes, 80,4% se dirigem ao pólo metropolitano (90.447), no caso a cidade de Goiânia. Esse fluxo compro-

⁹ Infelizmente não posso discutir, neste ensaio, a correlação dessas variáveis. Estudo nesse sentido está em curso no âmbito da pesquisa nacional Metrôpoles, desigualdades sócioespaciais e governança Urbana. O produto "Como Andam as Metrôpoles Brasileiras" é resultado da parceria Observatório das Metrôpoles/Fase-RJ/Ministério das Cidades/PNUD e será entregue até meados de 2005 ao Ministério das Cidades.

va que uma parcela significativa da população metropolitana demanda a cidade de Goiânia por motivo de trabalho e de educação¹⁰. Isto significa que os municípios da RMG gravitam em tor-

no de Goiânia numa relação de dependência e não de complementaridade. De todos os municípios, com exceção de Goianópolis, a maioria dos deslocamentos converge para a capital.

Tabela 11
Estrutura Produtiva dos municípios de Goiás, segundo valor adicionado bruto - 2000

Espaços Econômico	Agropecuária		Indústria		Serviços		VAB	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Só Goiânia	9 022	0,3	2 344 512	36,5	3 366 788	33,9	5 720 322	28,9
RMG+Gyn	69.621	2,0	2.838.608	44,2	4.274.460	42,3	7.182.689	36,3
RMG-Gyn	60.599	2,0	494.096	7,7	907.672	9,1	1.462.367	7,4
Est. Goiás	3 397 559	-	6 420 635	-	9 943 887	-	19 762 081	-

Esp. Econômico	PIB (R\$ mil)	Participação	População	PIB per capita (R\$)
Goiânia	6.271.140	28,95	1.093.007	5.738
RMG	7.874.324	36,35	1.638.516	4.806
Estado de Goiás	21.665.000	100,0	5.003.228	4.330

Fonte: Seplan-GO/Sepin - Contas Regionais/Municipais-2003

Elaboração: Prefeitura de Goiânia/Seplan/DPSE/DVPE/DVSE - Dados reorganizados pelo autor.

A concentração de riqueza medida através do PIB mostra que é na RMG que se concentra uma grande parte de toda a movimentação econômica do Estado, conforme demonstrado pelos seus 44,2% do Produto Industrial, 42,3% do Produto do Setor Serviços e 36,3% do Valor Adicionado, lembrando que a dinâmica das atividades produtivas da RMG é majoritariamente puxada pela dinâmica econômica de Goiânia (Tabela 11). É nessa parte do Estado, portanto, que estão localizadas as atividades mais modernas, que mantêm vínculos mais estreitos não só com o resto do País como também com o Exterior. É correto, pois, imaginar que as atividades econômicas e a população desse pequeno recorte territorial do Estado de Goiás seriam as primeiras a receber o impacto mais forte das transformações gestadas e impostas pelos países centrais. Trata-se de um problema muito sério que exige a formulação e aplicação de políticas públicas visando, em curto, médio e longo prazo, minimizar esse quadro com o propósito de se buscar um desenvolvimento mais harmônico, tanto para o território metropolitano quanto para o Estado de Goiás, que tem 66% de seus municípios com população de, no máximo, até 10 mil habitantes. Os projetos de desenvolvimento do Estado só serão conseqüentes se produzirem resultados

que tenham como metas, primeiro estancar o processo de desertificação populacional que vem ocorrendo na maioria dos municípios goianos e, segundo, produzir a sinergia necessária visando integrar na onda desenvolvimentista cantada e decantada pela elite goiana, aqueles municípios que constituem o que chamo de "eixo do subsenvolvimento".

Referências

ARCA/UCG/SEPLAN-GO. Diretrizes para o planejamento da Região Metropolitana de Goiânia. site <http://www.arca.org.br/>.

IPEA/NESUR-IE-UNICAMP/IBGE (1999). Caracterização e Tendências da rede urbana do Brasil (Síntese Brasil). Campinas/SP: UNICAMP.IE (Coleção Pesquisas, 3).

MOYSÉS, Aristides (2001). Contradições de uma cidade planejada no planalto central brasileiro: segregação sócio-territorial em Goiânia. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PUC/SP.

_____ (2004). A questão Metropolitana no Brasil: desafios e perspectivas. Palestra ministrada no Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável da Universidade Católica de Goiás. Texto em conclusão.

¹⁰ Obviamente que o fluxo é muito maior se considerarmos os procedentes de outros municípios goianos e brasileiros para finalidades diversas, sobretudo na área da educação e da saúde.



Guerra Fiscal

Há que se destacar que, a disputa por investimentos travada entre as unidades da federação tem um cunho histórico face os problemas de ordem financeira enfrentados pelo Estado brasileiro no início da década de 1980.

As dificuldades, pela ordem, são fruto de movimentos externos e internos: flexibilização das taxas de câmbio, juros, crise do petróleo e desajuste no balanço de pagamentos. No que tange a problemas internos, pode-se apontar como causas do endividamento: o ajuste exportador, desequilíbrio fiscal e políticas de endividamento para conter os avanços das taxas de inflação.

O forte aumento da participação do estado no esforço de desenvolvimento dos anos 1960 e 1970 refletiu-se em expressivo aumento no quadro de disputas com outras unidades da federação. (Giambiagi e Além, 2000)

Os reflexos imediatos destes fatores aqui levantados retiraram da União a capacidade de continuar implementando políticas de desenvolvimento de caráter nacional, tendo como norte o programa de substituição de importações ancorado em planejamento estatal.

A partir daí, esta responsabilidade passou a recair sobre os estados regionais, que por sua vez passaram a lançar mão de instrumentos fiscais e financeiros no sentido de viabilizar a vinda de grandes empreendimentos a seus cortes geográficos e também engendrar a possibilidade de consolidar empreendimentos locais.

* Economista, Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFU-MG, Professor Titular da UEG e do CESUC de Catalão e Gerente de Assessoria Econômica da Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás. e-mail: julio-arp@sefaz.go.gov.br.



**Júlio Alfredo Rosa
Paschoal ***

A ênfase dos projetos, em grande parte, leva em consideração a potencialidade econômica local e regional aproveitando assim os recursos que os tornam competitivos no quadro de disputas com outras unidades da federação.

Ainda na década de 1960, começaram as primeiras iniciativas políticas no sentido de desconcentrar a riqueza, do Centro-Sul do país em direção aos chamados estados periféricos.

A resposta positiva logo ocorreu e a região Norte foi premiada com a criação da Zona Franca de Manaus, levando o desenvolvimento àquela região até então marginalizada. Um outro aspecto positivo foi a criação dos pólos petroquímicos e cloroquímicos na Bahia e em Sergipe e Alagoas, trazendo com isso alternativas de crescimento para a região Nordeste. A região Sul, além de passar a contar com a indústria metal/mecânica e de implementos agrícolas no Rio Grande do Sul, também possibilitou que agroindustriais se deslocassem para o Paraná e Santa Catarina.

Não poderia deixar de mencionar a região que hoje é considerada como o celeiro do país, pela riqueza de seu cerrado e os recursos que a integram. Leia-se Centro-Oeste, também agraciada pela presença de grandes complexos agroindustriais.

A sangria das contas públicas nacionais, pelos fatores citados anteriormente, acabou por inviabilizar por parte da união a continuidade da implementação de políticas de desenvolvimento, que deu um novo alento a estas regiões. A necessidade de se adequar a um mercado globalizado e de não perder as possibilidades que se abriam com o MERCOSUL, levaram todos os estados da federação a elaborarem políticas públicas voltadas à industrialização, via programas de incentivos fiscais e financeiros. Diante de tal cenário, os estados, um a um, começaram a criar estes programas.

Goiás substituiu o Fundo de Expansão da Indústria e Comércio - FEINCOM pelo Fundo de Participação e Fomento à Industrialização - FOMENTAR e dentro desta perspectiva passou a conceder benefícios fiscais que ao longo de 15 anos permitiram a aprovação e operacionalização de mais de 1.122 empreendimentos.

Do mote de benefícios concedidos um detinha alta atratividade, que era a concessão por um período inicial de cinco anos e que mais tarde, chegou a 30 anos, de 70% do ICMS a recolher para promover novos investimentos, permitindo assim a consolidação da empresa no mercado. Aos cofres públicos adentrariam 30% do ICMS, valor este necessário ao incremento da arrecadação deste imposto, já que anteriormente o Estado não contava com os empreendimentos para cá alocados ou que aqui se formaram. A interação destas unidades industriais com outros segmentos da atividade econômica local e regional propiciou a compensação de parte dos créditos tributários concedidos, impedindo assim a queda da arrecadação.

De outro lado, os efeitos multiplicadores de renda e emprego trazidos por estes investimentos propiciaram a geração de novas riquezas, contribuindo de maneira efetiva para o desenvolvimento sócio-econômico deste corte geográfico.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 deu mais liberdade aos estados para continuar perseguindo esta prática, fato que levou a criação de mais de 42 programas, acirrando as disputas entre os entes estatais (Paschoal, 2001).

Em seguida veio o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR com características similares ao FOMENTAR, avançando em vários aspectos, inclusive ao contemplar todos os segmentos sociais organizados voltados à industrialização, comércio exterior, logística e centros de distribuição.

Os benefícios fiscais mais atrativos concentram-se na possibilidade de micros e pequenos empreendimentos utilizarem até 90% do ICMS a recolher por um período de cinco anos, ao passo que médios e grandes podem utilizar até 73% do ICMS a recolher por um período de 15 anos. A diferença de ambos os benefícios considerase "Imposto Novo" pois este adentra-se aos cofres públicos estaduais mês a mês.

O resultado deste processo foi que, além de garantir mais investimentos ao Estado, no período de fruição tanto do FOMENTAR quanto do PRODUZIR, a arrecadação de ICMS não caiu, ao contrário, vem aumentando em relação ao Centro-Oeste e ao Brasil, conforme o quadro abaixo.

Quadro 1
ESTADO DE GOIÁS, Centro-Oeste e Brasil: Arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - 1995 - 03

(R\$ mil)

Ano	Goiás	Centro-Oeste	Brasil	Participação (%)	
				Goiás/Centro-Oeste	Goiás/Brasil
1995	1.135.574	3.031.765	47.200.131	37,46	2,41
1996	1.437.525	3.648.256	55.680.843	39,40	2,58
1997	1.587.604	4.124.526	59.573.866	38,49	2,66
1998	1.558.743	4.007.373	60.930.304	38,90	2,56
1999	1.830.593	4.948.897	67.874.156	36,99	2,70
2000	2.178.832	6.045.853	82.269.693	36,04	2,65
2001	2.615.094	7.000.675	94.156.996	37,35	2,78
2002	3.020.447	8.004.306	104.927.254	37,73	2,88
2003	3.698.715	10.239.484	119.149.308	36,03	3,10

Fonte: Banco Central do Brasil - Elaboração: Seplan-GO / Sepin / Gerência de Estatísticas sócio-econômica - 2004

Além da arrecadação percebe-se o acerto da política de desenvolvimento regional implementada por Goiás, quando se analisa a estrutura do PIB por setores no período compreendido entre 1995 - 2001.

De 1995/99 estava em operação o FOMENTAR. A partir de então, este é substituído

pelo PRODUZIR sem que haja perda para o Estado, ao contrário, amplia-se a participação da indústria e dos serviços na formação do PIB. O que se percebe é a modificação do perfil produtivo após a implementação de políticas regionais de desenvolvimento. O quadro a seguir permite a visualização deste processo.



Quadro 2
ESTADO DE GOIÁS: Estrutura do PIB - 1995 - 01

Ano	Estrutura do PIB por setores (%)			
	PIB	Agropecuária	Indústria	Serviços
1995	100,00	18,07	26,07	55,86
1996	100,00	15,84	26,72	57,44
1997	100,00	15,87	29,40	54,73
1998	100,00	16,35	28,74	54,91
1999	100,00	16,16	29,56	54,28
2000	100,00	17,19	32,49	50,32
2001	100,00	17,54	35,03	47,44

Fonte: IBGE / Seplan-GO / Sepin / Gerência de Contas Regionais

A exemplo de Goiás, outros Estados continuam a oferecer incentivos fiscais para atração de novos investimentos. O Ceará, atualmente, apóia iniciativas voltadas à infra-estrutura e ainda concede incentivos da ordem de 75% do crédito sobre o imposto de circulação de mercadorias e serviços. Os incentivos realizados até o presente momento permitiram a implantação de 65 indústrias ligadas à produção de calçados, alocando cerca de R\$ 645 milhões de investimentos. Do total de indústrias em funcionamento, 27 são de origem do próprio Estado. O pólo calçadista, segundo o secretário de Fazenda daquela unidade federada, emprega 55 mil pessoas. Existe ainda a expectativa de geração de 3,2 mil empregos nos próximos meses com entrada em operação de mais 12 unidades industriais que propiciará investimentos da ordem de R\$ 50 milhões.

A Bahia também desenvolve esta política contemplando desde a oferta de galpões industriais, a construção da infra-estrutura e o diferimento no ICMS, variando este entre 75% e 90% quando se trata de aquisição de máquinas e equipamentos. Segundo informações da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração, o Estado conta atualmente com 57 empresas em atividade. Há outras cinco em fase de implantação e os projetos em carteira somam 10 empresas. Junto ao setor calçadista baiano trabalham cerca de 20 mil pessoas.

Na Paraíba, segundo informações obtidas junto a Secretaria de Indústria e Comércio, nota-se a presença de 120 empresas formais e outras 250 atuando de maneira informal. Para reduzir este

problema, a Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEPE) montou um projeto objetivando estruturar o setor em novas bases.

No que tange ao setor coureiro, foram construídos 18 galpões às empresas interessadas e o ICMS foi reduzido à apenas 3,5%. Em assim procedendo, espera-se incrementar as exportações estaduais já que o setor responde atualmente por 32% destas e emprega cerca de 9 mil pessoas de forma direta e 27 mil indiretas.

Nas demais unidades da federação não é diferente. A grande maioria vem conseguindo atrair novas indústrias para seus cortes geográficos, ancorada em incentivos fiscais e financeiros, e não aquelas que apresentam as chamadas deseconomias de aglomeração como São Paulo. Há que se destacar que os incentivos fiscais são um dos instrumentos de atração, já que outros também determinam o deslocamento de unidades industriais, a saber: economias e deseconomias de aglomeração.

São Paulo, que ao longo dos anos vem perdendo participação no valor de transformação industrial, tem apresentado uma série de deseconomias tais como valorização mobiliária, sindicatos fortes, trânsito complexo, violência, carência de recursos naturais, principalmente no que tange ao fornecimento de água, em face da poluição de uma de suas principais bacias hidrográficas, o Tietê, além de outros problemas.

Ao contrário do que se imagina, o Estado continua exercitando a prática de concessão de incentivos fiscais em vários setores de sua ativi-

dade econômica, inclusive no tocante à carne, favorecendo o abate de gado produzido em outras unidades da federação.

Se por um lado o Estado perde valor de transformação industrial no setor de bens e serviços, ganha ponto na atração de unidades de alta densidade tecnológica, em face da proximidade dos Centros de Pesquisa e da dimensão de seu mercado consumidor.

Portanto, a "Guerra Fiscal" não pode ser entendida como um instrumento criado pelos estados periféricos, mas sim dentro de um contexto macro, onde a inexistência de políticas nacionais de desenvolvimento e a necessidade de se adequar à nova ordem econômica mundial - a globalização, acabaram por colocar os estados em conflito, ora para atrair novos investimentos, ora para assegurar os empreendimentos presentes em seus limites territoriais.

A possibilidade de aprovar o texto da "Reforma Tributária" como está pode, de um lado, cessar os conflitos em face da federalização do ICMS, de outro, aprofundar as desigualdades regionais e sociais históricas já que o Fundo de Desenvolvimento Regional em razão das dificuldades financeiras da União não será capaz de suprir as necessidades dos estados, sobretudo os mais pobres.

A atração de novos investimentos ficaria comprometida e as unidades que se encontram instaladas nestes espaços econômicos perderiam competitividade, já que a compensação dos custos de frete se dá, em grande parte, em razão dos incentivos fiscais e financeiros concedidos.

A ausência de tais benefícios tornaria os custos de produção maiores e dificultaria a colocação dos produtos provenientes destas matrizes industriais nos mercados consumidores presentes no Centro Sul do país e em outras localidades.

Como a tendência de reconcentração da riqueza em direção às cidades médias do chamado "polígono industrial" é uma realidade desde o final da década de 1980, a perda de capacidade dos estados de trabalhar o ICMS, como um dos instrumentos de atração de investimentos, só contribuiria para a consolidação deste processo, beneficiando cidades como Belo Horizonte, Uberlândia, Campinas, São José dos Campos e Porto Alegre, que detêm forte valor de transformação industrial.

Os Estados considerados periféricos terão cada vez mais dificuldades em atender suas demandas, principalmente no que tange a geração de renda e empregos, variáveis estas importantes para garantir o desenvolvimento econômico de seus espaços.

Referências

GIAMBIAGI, Fábio e Além, Ana Cláudia - Finanças Públicas, Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

PASCHOAL, Júlio Alfredo Rosa - O Papel do Fomentar no processo de estruturação industrial de Goiás - 1984 a 1999. Universidade Federal de Uberlândia - UFU, 2001. (Dissertação de Mestrado).

Economia & Desenvolvimento - Ano IV, julho/setembro de 2003 - Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento.



Goiás nos Trilhos

Resumo

O artigo apresenta um relato da história da Estrada de Ferro "Goiás", do transporte ferroviário goiano e da ferrovia Norte Sul, analisando a importância dos mesmos para o Estado de Goiás. São abordadas questões econômicas resultantes da expansão dos trilhos em Goiás, além do significado que os trilhos da Ferrovia Centro-Atlântica e Ferrovia Norte-Sul tem para a economia local. Concluiu-se que a ferrovia colaborou e continua sendo um elemento importante para o processo de desenvolvimento da economia de Goiás.

Introdução

Com o propósito de dotar o Estado de Goiás de reais condições de transporte ferroviário, visando integrá-lo ao resto do território brasileiro, surge em 1873 um decreto do Governo Imperial para que tal situação fosse concretizada. Dessa maneira, o então presidente da província goiana Antero Cícero de Assis¹ foi autorizado a contratar a construção de uma estrada de ferro para ligar a cidade de Goiás, ora capital, à margem do Rio Vermelho, partindo da estrada de ferro Mogiana (IBGE, 1954).

Em razão, principalmente, da falta de recursos financeiros, a primeira tentativa de se promover em Goiás no final do século XIX um sistema viário férreo, é mal sucedida. Contudo, treze anos depois, já no século XX, uma nova tentativa nesse sentido é feita, através de uma conces-

* Economista, Especialista em Economia Agrícola, Mestre em História. Professor universitário e vice-presidente do conselho regional de economia de Goiás. e-mail: borgescjr@aol.com

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Geografia. I Centenário das Ferrovias Brasileiras. (Diversos Autores). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954. p. 173.



*Paulo Borges Campos Jr.**

são à Companhia Estrada de Ferro Mogiana, para que a mesma pudesse prolongar as suas linhas do Rio Paranaíba até o Rio Araguaia, já em solo goiano.

Para Araújo (1974), as primeiras manifestações em favor de dotar o Estado de Goiás de um meio de transporte ferroviário, a altura das necessidades locais, aconteceram, na verdade, em 1890. Ele afirma que talvez o primeiro plano ferroviário que concretizou as rotas a serem construídas esteja contido no Decreto 862, de 16 de outubro de 1890. Esse decreto visou, sem dúvida, fazer de Goiás um dos pólos brasileiros dos transportes terrestres.

A chegada das ferrovias no Triângulo Mineiro

No final do século XIX, em 1896, o Triângulo Mineiro recebeu os trilhos da Estrada de Ferro Mogiana, ficando acertado que a cidade de Araguari seria a sede do que anos depois viria a ser a "Goiás", facilitando-se a integração econômica entre São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Gomide (1986) ao discutir a origem dessa estrada, escreveu que a Cia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação foi um dos componentes da malha ferroviária estendida na região do Triângulo Mineiro, ainda nos últimos anos do século passado (1896). Dentro de um outro processo e após divergências políticas, foi determinado pelo Decreto nº 5.394, de 18 de outubro de 1904, que o ponto inicial, daquela que viria a ser então a Estrada de Ferro Goiás, seria na cidade de Araguari e o seu terminal na capital de Goiás.

Os trilhos no cerrado goiano

Para Goiás, a presença da estrada em seu solo é também o resultado de um grande esforço feito por alguns representantes da classe política e intelectual da região. Muito embora se reconheça que a ferrovia corta o cerrado goiano em função dos interesses do sistema capitalista de produção, ou seja, ela nasce de fora para dentro do Estado. Nesse sentido, a Informação Goyana



(1932), ao discutir o apoio da classe política goiana à estrada, afirmou que o primeiro de todos a apoiá-la foi Henrique Silva, o segundo, o Marechal Urbano Coelho de Gouveia e o terceiro, Leopoldo de Bulhões.

A Estrada de Ferro Goiás

Borges (1990), comenta que a criação da Companhia Estrada de Ferro Goiás, em 3 de março de 1906, tinha caráter privado e era apoiada pelo governo federal, pelo decreto nº 5.949 do então presidente Rodrigues Alves. A estrada de ferro surgiu como uma alternativa para romper o estrangulamento da economia goiana, quanto à sua demanda por um meio de transporte que viesse atender às necessidades de escoamento de sua produção. Em 28 de março de 1906, a estrada recebeu esse nome através do decreto federal nº 5.949, pois até então ela se denominava Estrada de Ferro Alto Tocantins, autorizada para construir e explorar o trecho de Catalão a Palmas, objetivando ligar então a capital de Goiás a Cuiabá, e estas à rede ferroviária do país.

Os trabalhos de construção da Estrada de Ferro Goiás, em solo goiano, tiveram início em 27 de maio de 1911, dois anos após o começo da implantação do trecho localizado na cidade de Araguari, no marco zero da ferrovia. Já em 1912, as obras avançaram 80 quilômetros, chegando, dessa cidade mineira, muito próxima à cidade goiana de Goiandira, segundo Araújo (1974).

Em função de problemas de caráter financeiro e administrativo, em 1920 a Companhia Estrada de Ferro Goiás, por meio do decreto nº 13.936 de janeiro daquele ano, obteve concessão para explorar os serviços ferroviários no Triângulo Mineiro e em Goiás, passando sua administração à União a qual levou adiante todas as suas obras de construção. Assim, a linha Araguari-Roncador com 234 quilômetros de extensão formou a nova Estrada de Ferro Goiás.

Até o ano de 1952, a "Goiás", percorria com os seus trilhos, aproximadamente, 480 quilômetros, chegando ao seu ponto mais distante em Goiânia. No total, 30 estações serviam à estrada, onde

se destacavam as de: Araguari, Amanhece, Ararapira, Anhanguera, Goiandira (ponto de ligação com a Rede Mineira), Ipameri, Roncador, Pires do Rio, Engenheiro Balduino, Vianópolis, Leopoldo de Bulhões, Anápolis e Goiânia (IBGE, 1954).

A economia goiana no caminho das ferrovias

Ao discorrer a respeito das alterações no comércio regional, provocados pela chegada dos trilhos da estrada em território goiano, fica evidenciado seu importante papel econômico. Borges (1990) escreveu que as cidades de Goiás, servidas pelos trilhos, substituíram Araguari no domínio da economia local, tornando-se significativos centros comerciais do Estado e controlando assim o comércio regional. Araguari, que passou a dominar o comércio do Estado a partir de 1896, é alcançada pelos trilhos da Mogiana e depois de 1915 perde grande parte deste domínio para as cidades do sudeste goiano.

Atualmente, o território goiano é servido por 685 quilômetros de trilhos, pertencentes à Ferrovia Centro-Atlântica, subsidiária da Companhia Vale do

Rio Doce e sucessora da antiga Estrada de Ferro Goiás e da Rede Ferroviária Federal. Essa empresa ferroviária percorre com seus trilhos a região sudeste do Estado, passando por Catalão, Ipameri, Leopoldo de Bulhões, chegando até Anápolis, Senador Canedo e indo até a capital federal. A Centro-Atlântica promove o escoamento de boa parte da produção econômica goiana, embora tenha sua capacidade de transporte limitada à sua pouca extensão.

Segundo a Ferrovia Centro-Atlântica (2004), em seus mais de 7.000 km de linha, abrange os Estados de Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e o Distrito Federal. A FCA interliga-se às principais ferrovias brasileiras e importantes portos marítimos e fluviais, com acesso direto aos Portos de Salvador (BA), Aratu (BA), Vitória (ES) e Angra dos Reis (RJ), além de Pirapora (MG) e Juazeiro (BA) no Rio São Francisco. A frota atual compõe-se, aproximadamente, de 10 mil vagões e 400 locomotivas, todas controladas via satélite (GPS).

“A Centro-Atlântica promove o escoamento de boa parte da produção econômica goiana, embora tenha sua capacidade de transporte limitada à sua pouca extensão”.



Aguiarnópolis e Colinas do Tocantins, com previsão de conclusão para o final de 2004. Está também em processo de contratação a empresa que vai ser a responsável pela construção do trecho Darcinópolis-Filadélfia, também no Tocantins, com 50 quilômetros de extensão.

De acordo com a Seplan-GO (2004), em Goiás a Ferrovia Norte-Sul terá 540 quilômetros de extensão. As obras foram iniciadas em janeiro de 2004, para a construção do trecho de 40 quilômetros entre as cidades de Anápolis e Petrolina de Goiás. Com os trilhos dessa estrada, será possível trazer para Goiás os mesmos benefícios socioeconômicos já gerados no Maranhão, como, por exemplo, a criação de emprego, diretos e indiretos, a promoção do desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações locais, além de integrar as diversas regiões goianas ao seu processo de desenvolvimento regional.

Mapa 2
Traçado da Ferrovia Norte-Sul



Conclusão

O nascimento da Estrada de Ferro Goiás serviu aos interesses e desejos de mineiros e de goianos que tiveram nessa ferrovia um dos alicerces para os seus processos de crescimento. Os trilhos colaboraram para o aumento significativo da produção econômica dessas regiões, expandindo suas relações comerciais, por meio de um forte incremento nas importações e exportações. Contudo, esta estrada nasceu de fora para dentro, inteiramente identificada com o sistema capitalista de produção, fruto da então divisão internacional do trabalho.

Agora, passados quase 100 anos da chegada dos trilhos em Goiás, a Ferrovia Centro-Atlântica, em operação no território goiano e a Ferrovia Norte-Sul, em fase de construção, continuam sendo alternativas viáveis de transportes eficientes e de baixos custos de operação, quando comparado com o rodoviário. Portanto, na medida em que colaboram para a maior competitividade do agronegócio local, as ferrovias tornam-se imprescindíveis, sendo de expressivo significado para as melhorias nas relações comerciais, internas e externas, e para a solidez da economia goiana como um todo. Compete aos goianos, principalmente através das sociedades de classes e de seus representantes políticos, lutarem para o fortalecimento desse modelo de transporte, pois assim estarão dando passos firmes na direção do desenvolvimento econômico e social dessa importante região do planalto central.

Referências

ARAÚJO, Délio Moreira de. Mais planos que realizações - a estrada de ferro no Estado de Goiás. In: Estudos Goianienses. Goiânia: Oriente, 1974.

BORGES, Barsanufu Gomides. O despertar dos dormentes. Goiânia: Cegraf, 1990.

FERROVIA NORTE SUL. Disponível em: <<http://www.ferrovianortesul.com.br>> Acesso em 1 de nov. 2004.

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA. Disponível em: <<http://www.centro-atlantica.com.br>> Acesso em: 1 de nov. 2004.

GOMIDE, Leila Regina Scalia. O pesadelo de uma perda: a estrada de ferro Goiás em Araguari. São Paulo: USP, 1986. (mimeografado)

Informação Goyana. Rio de Janeiro, Janeiro de 1932, Volume XVI, Número 6, p. 1.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Geografia. I Centenário das Ferrovias Brasileiras. (Diversos Autores). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954. p. 173.

SEPLAN -GO. Goiás em dados. 2004. Goiânia: Seplan-Go, 2004. p. 90-91.



Plataforma Logística: Competitividade e Futuro

A competição por produtividade nas últimas décadas trouxe incomparáveis ganhos na eficiência das empresas, e a redução das distâncias, consequência da globalização e dos incrementos constantes e extremamente rápidos dos sistemas de informação, causou uma proximidade dos critérios de qualidade e produtividade obtidos pelas empresas concorrentes nos diversos setores. A agilidade e a confiabilidade na movimentação de materiais e de informações tornaram-se, então, fatores de diferenciação fundamentais para o incremento da competitividade nos últimos anos, traduzindo-se em eficiência logística.

Logística

Originalmente a palavra logística vem da palavra francesa *loger*, que significa alojar, hospedar; e tinha utilização com o sentido de alojar tropas e também supri-las e transportá-las. Com sua utilização mais ampla pelos civis, houve a analogia das tropas com materiais e suas operações de transporte e armazenamento, bem como o gerenciamento de todo o processo.

Hoje, a definição de logística para o Council of Logistics Management é

a parcela do processo da cadeia de suprimentos que planeja, implanta e controla, de forma eficiente e eficaz, o fluxo e o fluxo reverso e a estocagem de materiais, serviços, e as informações correlacionadas, entre o ponto de origem e o ponto de consumo, de forma a atender as necessidades dos clientes. (SUCUPIRA, 2004)

* Engenheiro de Produção, Pós-graduando em Logística e Gestor de Planejamento e Orçamento da Seplan-GO. e-mail: ademartini@seplan.gov.br.



Alexandre Demartini Rodrigues*

A moderna abordagem do termo abrange, então, as questões relativas ao transporte, ao armazenamento e ao fluxo de informações das operações cada vez mais complexas exigidas pela produção de produtos adaptados à necessidade de cada cliente.

No Brasil o termo é empregado popularmente para referir-se a transporte de cargas. Normalmente não se relaciona nenhum indicador de qualidade, apenas o custo, já que, em linhas gerais, não há agregação de valor na movimentação nem no estoque de mercadorias.

A movimentação de cargas no Brasil é realizada principalmente por rodovias, já que o país possui uma malha viária bastante abrangente - 1,739 milhões de km - fruto de políticas de desenvolvimento direcionadas prioritariamente para o mercado automobilístico, mesmo não sendo o mais apropriado para o transporte nas distâncias requeridas para levar a matéria-prima para o processamento, e o produto para o consumidor.

Quadro 1
Transporte de Cargas no Brasil

Modais	1970	1972	1985	1999	2002
Rodoviário	70,0%	72,0%	53,6%	61,8%	60,5%
Ferrovário	16,2%	15,8%	23,6%	19,5%	20,9%
Hidroviário	12,1%	10,3%	18,3%	13,9%	13,9%
Dutos e Aeroviário	1,7%	1,9%	4,5%	4,9%	4,7%

Fonte: GEIPOT / Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes.

Os custos logísticos no Brasil são desconhecidos por falta de um levantamento padronizado, mas estima-se que fiquem em torno de 16% do PIB, apesar de existirem opiniões de especialistas elevando esse número para 20%, e desse percentual 60% são gastos com transportes (Sales, 2001).



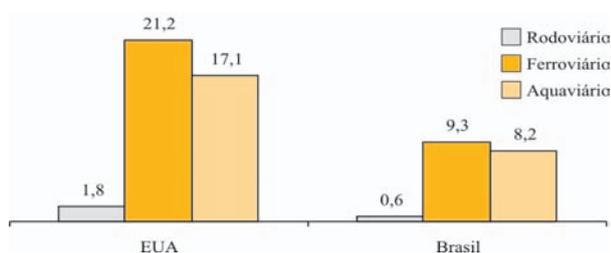
Quadro 2 Participação do Setor de Transportes na Economia Brasileira

Participação do valor adicionado pelo setor de transportes no PIB	4,4%
Valor adicionado pelo setor de transportes no PIB	R\$ 42 bilhões
Empregos diretos gerados	1,2 milhões
Total de carga movimentada por ano (em TKU)	746 bilhões

Fonte: CNT / COPPEAD

A medida adotada para se medir a produtividade do transporte é a tonelada por quilômetro útil (TKU) que indica o desempenho operacional do transporte de cargas e é calculada multiplicando-se o volume útil transportado (em toneladas) pela distância útil percorrida. Comparando-se com os EUA, o Brasil possui apenas 22% da produtividade daquele país, considerando todo o setor. Analisando a produtividade pelo número de empregados nos diversos modais, observa-se que a produção dos brasileiros também é menor que a do norte americano.

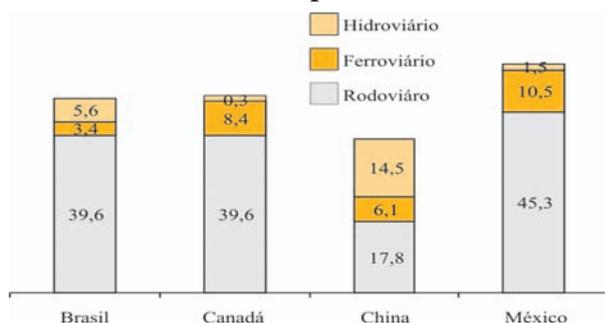
Gráfico 1
Produtividade em relação à mão-de-obra
(106TKU / empregado)



Fonte: CNT / COPPEAD

A disponibilidade de infra-estrutura de transportes no Brasil pode ser observada no gráfico seguinte que mostra a posição brasileira em comparação com outros países de dimensões equivalentes, e também com o México, competidor direto de nossa economia.

Gráfico 2
Densidade de transporte (km/1000km²)



Fonte: CNT / COPPEAD

Plataforma Logística

As plataformas logísticas nascem na década de 60 na França, conseqüência do avanço dos estudos em gerenciamento de operações. Inicialmente com o objetivo de reduzir o fluxo de materiais distribuído de forma desordenada pelos terminais de carga da periferia das grandes cidades, as plataformas concentraram e otimizaram a distribuição, e, conseqüentemente, reduziram custos.

Observando mais amplamente esse equipamento e com o objetivo de ganhar economia de escala com um fluxo maior de materiais, a localização das plataformas ganhou importância no transporte de cargas também entre as cidades, regiões e países. A Europa é servida por uma rede de plataformas que é responsável por uma redução de até 12% nos custos logísticos e de um acréscimo de produtividade de 40% em relação a empresas que não realizam suas operações por plataformas (medidos em toneladas por m²).

Plataformas logísticas são definidas, segundo a terminologia adotada pela Comissão Econômica para a Europa, como uma concentração geográfica de organismos e empresas independentes, relacionadas com transporte de mercadorias (por exemplo, despachantes de carga, exportadores, operadores logísticos, serviços de aduana) e de serviços auxiliares (por exemplo, armazenagem, manutenção e conserto de equipamentos), possuindo, pelo menos, um terminal.

De acordo com Hernández, 2001, as plataformas logísticas classificam-se em seis tipos, listadas a seguir em ordem decrescente de abrangência de atividades desenvolvidas e de serviços prestados:

1. Zona de Atividades Logísticas (ZAL) - caracterizada por estar em um centro de transporte com infra-estrutura intermodal relevante e deve ter características de gateway e hub;
2. Centro Integrado de Mercadorias (CIM) - orientado a retirar o transporte rodoviário do centro das cidades para a periferia, onde existe um acesso fácil para as rodovias;



3. Centro de Serviços de Transporte e Logística (CSTL) - orientado para o melhoramento da competitividade logística de um setor industrial específico;
4. Plataforma Logística de Troca de Transporte (PLT) - permite fracionar cargas maiores com destino ao mercado local em tamanhos compatíveis com o transporte local urbano;
5. Suporte Logístico Corporativo de Plataforma (SLCP) - possui instalações para distribuição de grandes empresas ou de distribuição comercial; e
6. Microplataforma Logística Urbana (MLU) - permite realizar distribuição de produtos em uma zona urbana com acesso restrito (horário ou tamanho de veículos).

O objetivo de cada um desses tipos de plataformas é se adequar às necessidades da abrangência desejada e à otimização do transporte de forma global, beneficiando, além dos atores logísticos, a sociedade e suas exigências ambientais e de tráfego.

“O agronegócio é a base da economia do Centro-Oeste e esses produtos se diferenciam competitivamente principalmente pelo preço, tornando a redução de custos de cada operação fator primordial”.

Anápolis foi escolhida para receber o projeto por oferecer alguns diferenciais em relação a outros municípios. Pode-se enumerar algumas características:

1. Historicamente possui vários atacadistas e distribuidores;
2. Possui importante parque industrial do Estado - o Distrito Agroindustrial de Anápolis, DAIA;
3. Centro do eixo Goiânia-Anápolis-Brasília - 3º maior aglomerado urbano do país;
4. Pólo universitário - sede da Universidade Estadual de Goiás e de outras instituições de ensino superior particulares;
5. Local privilegiado para a instalação do projeto - entre o DAIA, o Aeroporto Civil de Anápolis e a Ferrovia Centro-Atlântica, sendo, ainda, limítrofe a uma EADI;
6. Pólo farmacêutico - o maior do Estado e importante produtor de medicamentos genéricos;
7. Possui um importante entroncamento rodoviário e futura interligação ferroviária do Norte com o Sudeste do país.

Plataforma Logística Multimodal de Goiás

No Brasil, a primeira plataforma logística de maior abrangência está em implantação na cidade de Anápolis. É o projeto Plataforma Logística Multimodal de Goiás - PLMG, cobrindo todo o conceito de uma ZAL, com o entroncamento de rodovias federais e estaduais e concentrando a distribuição regional de mercadorias, consequência da previsão de instalação de grandes atacadistas, tanto concentradores quanto distribuidores de mercadorias, e a presença dos terminais ferroviário e aeroviário.

O projeto nasceu em 1998 com o objetivo de aproveitar a excelente localização geográfica do Estado e seu importante papel na roteirização do transporte da região Sul para o Norte, e também do Oeste para o Leste, sendo este um importante corredor de matérias-primas agroindustriais para a indústria processadora, fortemente presente no centro-sul do país.

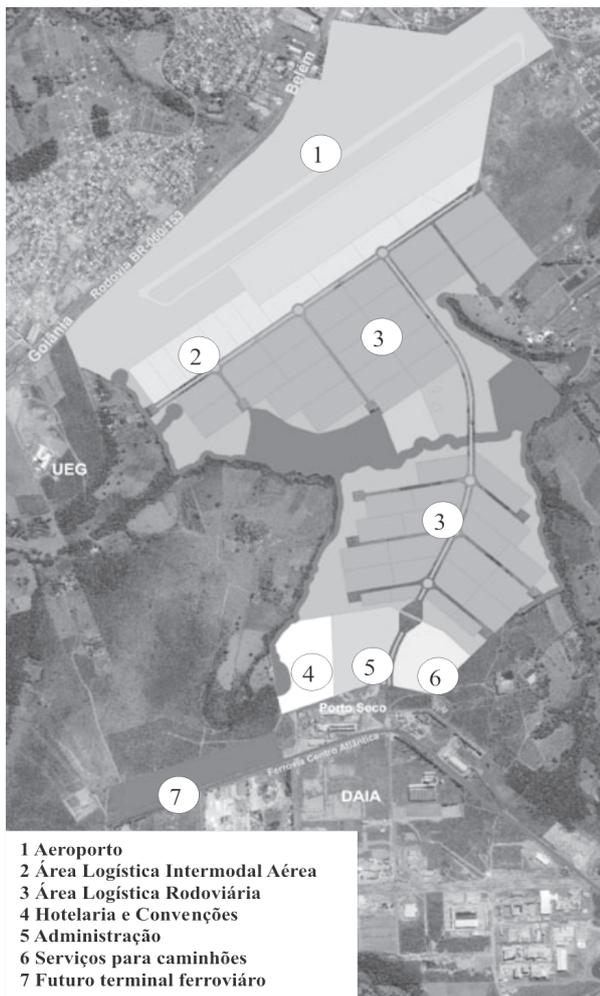
A consolidação da PLMG será apoiada em três pilares que são os diferenciais competitivos do projeto e, também, do local de instalação. São eles:

1. Acessos e conexões - as rodovias BR-060, BR-153 e GO-330 são fronteiriças à PLMG e fornecem conexão rodoviária às regiões Sudeste e Sul e também ao Norte do país. Também muito próxima a área encontra-se a ferrovia Centro-Atlântica e, futuramente, a conexão com a ferrovia Norte-Sul que será importante ponto de transbordo de mercadorias. A hidrovía Tietê-Paraná, a 350 km, permite o escoamento para o Sudeste, e a futura Araguaia-Tocantins aumentará significativamente o fluxo de produtos para o norte do país.



2. Mercados consolidados - está no centro do eixo Goiânia-Anápolis-Brasília e próximo a outros pólos consumidores, como o Triângulo Mineiro e o Sudoeste Goiano;
3. Atendimento das necessidades logísticas - o agronegócio é a base da economia do Centro-Oeste e esses produtos se diferenciam competitivamente principalmente pelo preço, tornando a redução de custos de cada operação fator primordial. Com os processos de transformação muito próximos, os custos logísticos se tornam importantes na composição dos custos dos produtos, pois reduz-se o custo de uma atividade que não agrega valor na produção. Na outra ponta estão os produtos com alto valor agregado, como os medicamentos, que podem aumentar ainda mais seus resultados com o aperfeiçoamento do transporte e o aproveitamento de cargas compartilhadas.

Figura 1
Divisão das áreas da PLMG



A proximidade de empresas do setor em um só local traz benefícios, pois leva à cooperação dos usuários da PLMG, aumentando a produtividade, seja por aproveitamento de cargas, ou por desenvolvimento de negócios estratégicos pela empresa gerenciadora do projeto, a Plataforma Logística de Goiás S.A., como acordos e articulações com os diversos atores e instituições relacionados à logística.

A empresa gerenciadora da PLMG funcionará como um grande operador, porém sem atuar na área operacional logística, nem concorrer com os operadores locais. Estará acima de todas as empresas e suas operações, de modo que possa servir de representante de interesses coletivos, de explorador de novas tendências e de facilitador interno para as operações conjuntas.

Conclusão

Desde que a logística se tornou peça fundamental para a competitividade das empresas, refletindo na redução do custo, aumento da eficiência e da qualidade das operações, as empresas investem em soluções tanto na movimentação de materiais quanto nos sistemas de informação e controle. Em um novo cenário de competitividade global, possuir a capacidade de potencializar todos esses fatores é um diferencial fundamental. A proximidade das empresas proporcionada pelas plataformas logísticas torna mais viável essa potencialização, tanto pela proximidade geográfica quanto pela presença de um agente fomentador das estratégias de interesse coletivo dos integrantes da plataforma.

Referências

- HERNÁNDEZ, J. C., Antún J. P., Lozano A., Soportes Logísticos de Plataforma: Una Herramienta para el Mejoramiento de la Competitividad Metropolitana, Revista Tránsito n° 9, 31 de maio de 2001, Chile.
- SALES, A., Quanto custa a logística no Brasil?, Revista Tecnológica, julho/2001, apud www.cvlog.net consultado em 02/11/2004.
- _____, Transporte de cargas no Brasil ameaças e oportunidades para o desenvolvimento do país diagnóstico e plano de ação, Confederação Nacional dos Transportes e Centro de Estudos em Logística, 2004, www.cel.coppead.ufrj.br, consultado em 03/11/2004.
- SUCUPIRA, C., Gestão da Cadeia de Suprimentos e o Papel da Tecnologia de Informação apud Council of Logistics Management. www.cezarsucupira.com.br. Consultado em 04/11/2004.



Riqueza Natural de Minaçu e seus Impactos Ambientais na Economia Regional, na Década de 1990



*Cristina Socorro da Silva**

Em 1990 a Sociedade Anônima de Amianto S. A (SAMA), operou com 25% de sua capacidade produtiva que alcançava 300.000 t/ano. O método de lavra empregado na mina de Cana Brava é a céu aberto com bancadas de 10 a 15 metros.

De acordo com a tabela 1 verifica-se uma redução significativa de 42,94% (1990=100%) na pro-

dução do minério. Entretanto, as exportações de suas fibras demonstraram um pequeno crescimento de 11,94% (1990=100%) ao longo dos anos 90, fato este explicado pela reduzida parcela que é exportada de fibras frente ao que é produzido na indústria, sendo também a maior parte absorvida no mercado interno, conseguindo assim manter-se o mercado em equilíbrio na base exportação do produto. O impacto do banimento e suas conseqüências mercadológicas, inibiram investimentos maiores na produção tendo em vista o crescente aumento da reserva com vida útil para mais 60 anos de exploração.

Tabela 1

Reserva, Produção e Exportação (bens primários, manufaturados) em quantidade e valor da substância amianto, ao longo da década de 1990

Anos	Reserva Média (t)	Produção Bruta (t)	Valor da Produção (US\$)	Exportação (t)	Valor da Exportação (US\$)
1990	24.933.748	4.356.600	83.186.237	92.598	49.373.000
1991	20.152.719	4.781.029	100.027.217	105.966	48.531.000
1992	122.896.800	3.889.490	99.991.544	109.963	57.470.000
1993	119.107.968	3.788.832	92.422.661	141.765	71.807.000
1994	115.367.931	3.740.037	104.888.933	128.239	73.386.000
1995	111.666.380	3.701.551	122.671.299	129.348	80.306.000
1996	107.658.217	4.008.163	127.915.158	133.684	83.151.000
1997	103.956.377	3.701.840	150.438.920	123.193	84.995.000
1998	275.885.867	3.035.212	135.914.141	109.005	82.587.000
1999	273.400.060	2.485.807	89.320.892	103.655	75.096.000
Total	1.275.026.067	37.488.561	1.106.777.892	1.177.416	706.702.000

Fonte: Balanço Mineral Brasileiro. 1991-2000

A tabela 2 a seguir mostra que os preços não apresentaram decréscimos ao longo da década, fato este explicado pela formação dos mercados

cativos tanto nacionais como internacionais e as tentativas de conquistas de outras fontes de demanda como alternativas para o banimento. Portanto, a alternativa para se manter o preço como foi demonstrado seria uma redução no nível de produção, o que diretamente afetou na absorção de empregados, apresentando uma redução de (65,57%) em sua totalidade (mina+usina).

* Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora da Unigoíás/Anhangüera. Encarregada da Economia Mineral do Departamento Nacional da Produção Mineral - 6°DS.
e-mail: cris.economia@terra.com.br

Tabela 2
Custo de produção da usina (por tonelada) e preço (base exportação) da substância no Estado de Goiás em US\$/t., ao longo da década de 1990.

Anos	Custo	Preço (1)
1990	10,09	504,37
1991	20,92	457,99
1992	25,71	522,63
1993	24,39	506,52
1994	28,04	572,26
1995	33,14	620,85
1996	31,91	6222,00
1997	40,64	689,93
1998	44,78	757,64
1999	35,93	724,48
Média	33,84	664,3

Fonte: Balanço Mineral Brasileiro. 1991-2000

Nota (1) - Preço com base no total das exportações - Valor das exportações / quantidade exportada.

A produção de amianto nos anos 90 sofreu uma significativa redução de 42,94% em função do risco de mercado por que vem passando o minério. As exportações mantiveram-se em um patamar constante de crescimento dado as incessantes conquista de novos mercados, com isto manteve-se o preço base exportação também crescente.

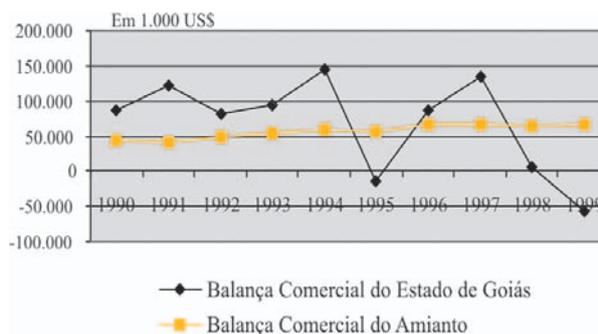
A Balança Comercial do Estado de Goiás mostra saldo positivo ao longo dos anos 90, influenciado pelos investimentos em modernização do parque produtivo agrícola, no setor de carnes bovinas no combate à febre aftosa e aumento de pastagens. As vendas de Goiás ao mercado externo representaram menos de 1% do total das exportações brasileiras, sendo o complexo soja (59,84%), o ouro (8,98%), as ligas ferro-níobio (6,77%), carne bovina (6,32%), amianto (4,95%), ferro-níquel (3,01%) e as conservas, subprodutos animais e o açúcar (4,51%), os principais produtos demandados em média nos anos 90, alcançando US\$ 554,70 milhões em entrada de divisas no Estado em 2000, apresentando um crescimento de 67,17% em relação a 1999.

O gráfico 1 a seguir mostra o comportamento da balança comercial do amianto frente à balança comercial total do Estado e retrata uma osci-

lação no saldo da balança comercial em relação ao saldo da substância amianto, isto ocorreu em virtude de haver poucas quantidades importadas do minério no Estado, o que torna o saldo do minério sempre superavitário.

O Brasil é o quarto produtor mundial com cerca de 11,3% do mercado, atrás da Rússia (35,8%), Canadá (18,2%) e China (14,2%). Do total produzido, 60% é consumido internamente e o restante exportado para outros países dos quais cerca de 50% é destinado aos países da antiga URSS, 20% para os países da Ásia (principalmente Japão e China), 12% para os países da América do Sul, Central, África, Oriente Médio e 8% para a Europa, principalmente o Leste Europeu e cerca de 10% para outros países (Oliveira, 2001:03).

Gráfico 1
Comparação dos saldos da balança comercial do Estado de Goiás em relação ao amianto ao longo dos anos 90.



Obs: O saldo total da balança comercial do Estado de Goiás exclui o saldo do amianto.

Fonte: MIC/SECEX - Balanço Mineral Econômico/DNPM/MME. 1991-2000.

A tabela 3 a seguir revela que a participação das exportações das fibras de amianto vem decrescendo desde 1995, em relação ao valor total das exportações do Estado de Goiás, reflexo da redução das demandas internacionais pelo produto. Fato este que pode ser comprovado no mercado de caixas d'água, em que a demanda aumentava anualmente, impulsionada pelas crescentes reformas residenciais. Entretanto, as vendas de caixas de cimento amianto estão estabilizadas há cinco anos. Em 1995, esse produto feito a partir de misturas de 92% de cimento com 8% de amianto, representava 95% das vendas totais do setor.



Tabela 3
Comparação do valor das exportações das fibras de amianto com o valor total das exportações do Estado de Goiás, em US\$ 1.000,00.

Anos	Exportação (A)	Amianto (B)	(B/A) %
1990	202.199	49.373	24,42
1991	237.795	48.531	20,41
1992	217.664	57.470	26,40
1993	248.606	71.807	28,88
1994	353.052	73.386	20,79
1995	248.655	80.306	32,30
1996	387.007	83.151	21,49
1997	475.659	84.995	17,87
1998	381.669	82.587	21,64
1999	325.885	75.096	23,04
Total	3.078.191	706.702	22,96

Fonte: SECEX-DTIC/DNPM-DIRIN, MICT/SECEX e Seplan-GO/Sepin, 1991-2000

O consumo doméstico destina 90% para produtos de cimento-amianto, 5% para os produtos de fricção, como pastilhas e lonas de freio e 5% para outros. No país, metade dos telhados é feita de cimento-amianto, bem como 80% das caixas d'água.

O amianto manteve uma média de participação de 26,36% no valor total das exportações do Estado conforme tabela 3, o que demonstra uma significativa participação na balança comercial. Entretanto, não pode ser considerada como uma base de sustentação da mesma, tendo em vista que a soja (46,19%), ouro (13,76%), carne bovina (10,78%) e o ferronióbio (9,68%), são os principais produtos exportados do Estado.

As arrecadações da substância amianto limitam-se em pagamentos de impostos sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS e compensação financeira por exploração mineral - CFEM. A partir de 1996 houve uma redução no total da arrecadação tributária sobre o minério, decorrente da diminuição dos investimentos em infraestrutura. O crescimento da tributação até 1996 se deu em função dos grandes investimentos da empresa em modernização tecnológica e mão-de-obra especializada, o que aumentou a produção e a comercialização refletindo diretamente na arrecadação, ver tabela 4.

Tabela 4
Arrecadação tributária da substância amianto no Estado de Goiás de 1991- 2000.

Anos	Total (A+B)	ICMS (A)	CFEM (B)	(B/A) %
1990	13.144.801	11.711.274	1.433.527	12,24
1991	13.526.813	12.124.812	1.402.001	11,56
1992	11.766.088	10.326.317	1.439.771	13,94
1993	15.280.346	13.572.054	1.708.292	12,59
1994	16.557.148	14.772.870	1.784.278	12,08
1995	18.931.609	16.887.354	2.044.255	12,11
1996	16.547.098	14.339.746	2.207.352	15,39
1997	14.657.276	12.659.083	1.998.193	15,78
1998	10.117.095	8.604.530	1.512.565	17,58
1999	8.005.463	6.570.264	1.435.199	21,84
Total	138.533.737	121.568.304	16.965.433	13,96

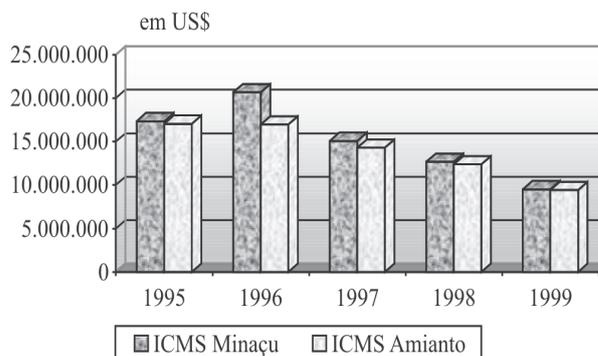
Fonte: Relatório Anual de Lavra - 1990-2001

A arrecadação foi afetada pela crise mercadológica do amianto, porque a alíquota é aplicada sobre o faturamento bruto da produção, ou melhor, no valor da produção bruta do minério.

A importância fiscal da substância amianto para o município de Minaçu é justificada por uma participação média de 94,41% do total arrecadado em tributos na região.

Verifica-se, mediante gráfico 2, a importância fiscal da substância amianto para o município de Minaçu, que em média participa com 94,41% do total arrecadado em tributos na região.

Gráfico 2
Comparação entre a arrecadação total de ICMS no município de Minaçu e da substância amianto na região.



Fonte: IBGE (2000), DNPM (1996/2000); Secretaria da Fazenda (1995/1999).

A agropecuária local contribui diretamente com cerca de 1% do produto interno municipal. Sendo o milho, o arroz de sequeiro, o feijão irrigado, a banana-maçã, a melancia e a abóbora, os principais produtos agrícolas. Apesar de ser uma agricultura diversificada, sua maior função é a de subsistência, com o excedente sendo também comercializado pelas proximidades locais.

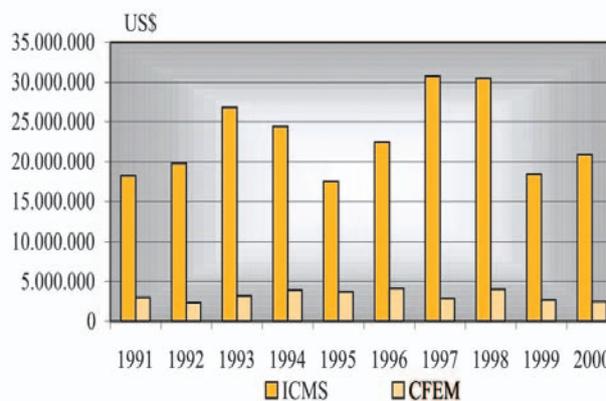
A pecuária apresenta uma boa diversificação, onde a predominância é de rebanho bovino para o corte e o leite. A exploração econômica é de suínos e aves, com uma relevante parte da produção sendo absorvida no mercado local.

Entretanto, deve-se ressaltar que ainda existe na região um significativo número de estabelecimentos comerciais que representam 3,7% da arrecadação tributária local, como os prestadores de serviços e indústrias que dependem da atividade agrícola, sendo o efeito multiplicador da atividade agropecuária nos demais setores econômicos extremamente significativo. Porém, no município em particular, o setor do ponto de vista econômico é pouco significativo na geração da riqueza global.

O turismo na região está sendo estimulado pelo lago de Serra da Mesa, que abrange boa parte da microrregião de Porangatu, na qual o município de Minaçu está incluso.

O gráfico 3 a seguir demonstra a incidência da tributação na circulação dos bens minerais sem o processo de transformação. Nela, verifica-se que os anos de 1997 e 1998 foram os de maior destaque em função das diretrizes da política econômica do governo do Estado ter dado um maior estímulo ao setor mineral, o que atraiu um maior número de investimentos internacionais. Em média, a substância amianto participa em 53,88% no total da arrecadação, o que correlaciona toda a problemática comercial do minério ao setor mineral.

Gráfico 3
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais total arrecadado pelas substâncias minerais no Estado de Goiás de 1991 a 2000.



Fonte: DNPM-DIRIN. 1992-2001.

De acordo com a tabela 5 a seguir, verifica-se a importante participação em 97,51% da substância amianto frente ao total arrecadado no setor mineral goiano, onde o mesmo setor contribui com apenas 2,53% no total da arrecadação do Estado.

Tabela 5
Arrecadação de ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e CFEM - Compensação Financeira por Exploração Mineral, por classificação nos anos 90, em US\$.

Anos	Estado de Goiás (1)	Substâncias Minerais (Total 2)	Amianto (3)
1990 (4)	918.520.670	18.248.249	-
1991	704.347.866	8.076.615	13.144.801
1992	633.086.334	8.674.232	13.526.813
1993	628.011.298	18.249.440	11.766.088
1994	665.806.064	13.094.535	15.280.347
1995	1.316.652.169	4.671.946	16.557.148
1996	1.350.588.321	7.643.479	18.931.610
1997	1.345.062.320	17.086.397	16.547.098
1998	1.300.114.222	19.908.886	14.657.276
1999	1.047.479.597	11.026.271	10.117.096
2000	1.167.305.138	15.386.928	8.005.462
Total	11.076.973.999	142.066.978	138.533.739

Fonte: Secretaria da Fazenda. Seplan-GO / Sepin. DNPM / DIRIN

(1) e (2) = Exceto ICMS e CFEM da substância amianto

(3) = Total de fibras - SAMAS/A -

(4) = Dados apenas de ICMS



A mineração funciona como atividade matriz para setores como siderurgia, metalurgia, indústria cerâmica, cimenteira, química e petroquímica e de fertilizantes, quando considerado as etapas de transformação do bem mineral, onde o produto é beneficiado para posterior aproveitamento industrial, sendo o efeito multiplicador considerado bem maior quando associado os efeitos subseqüentes ao da produção (Marques, 1993:07).

Segundo a Secretaria da Fazenda, o ICMS do município de Minaçu totalizou em US\$ 9.072.916,71 no ano de 2000, o que significa uma participação de aproximadamente 0,081% em relação ao total do Estado.

O dinamismo observado na economia goiana nos últimos 20 anos retirou o Estado de uma posição periférica no plano nacional e o colocou no seletivo grupo dos Estados brasileiros mais bem estruturados economicamente. A criação de Goiânia, Brasília e o fortalecimento de um pólo estratégico no Centro-Oeste, justificam a taxa de crescimento anual, acima da média nacional.

A ênfase dada a esta pesquisa, acrescentou-se o conhecimento do efeito das disparidades econômicas regionais entre Minaçu e o Estado de Goiás, sob influência da substância amianto crisotila através dos investimentos feitos pela

empresa de mineração SAMA S.A., dada as precárias condições infra-estruturais iniciais do município.

Os resultados apontados pela pesquisa é que a economia de Minaçu-GO perderá sua fonte de dinamismo, caso ocorra o banimento total do minério impactando o crescimento econômico do município, induzindo a formação das atividades não-básicas ligadas ao produto base-exportação.

Referências

Amianto: O pior mal é a desinformação. VEJA, São Paulo, v. 34, n. 1.700, nº 19, p. 10-15, mai. 2001.

KULAIF, Y. O Processo de Substituição de Matérias-Primas Mineraias: O Caso do Amianto. 1993. Trabalho apresentado em reunião no DNPM-MME, Brasília, maio 1993. 17p. Não publicado.

MARQUES M. A importância da mineração para a economia do Brasil. Revista Brasil Mineral. São Paulo. Setembro 1993. Signos. Edição Extra. 29p. Publicação mensal.

OLIVEIRA, Helton Lenine. Amianto Crisotila: Brasil exporta 40% da produção. Gazeta Tecnológica - Informativo do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Goiás, Goiânia, fev. 2001. p. 03-04.

SEBRAE/GO Estudos e pesquisas - informações socioeconômicas municipais. Goiás Minaçu e Microrregião. 1997. 23 p.

Cadeia Produtiva de Suínos e Aves na Microrregião Sudoeste Goiano

O conceito de cadeia produtiva surgiu inicialmente na França, na década de 1960, aplicado ao agronegócio. A concepção francesa embute muitos princípios de processos, de interdependência e de métodos. Em 1985 Morvan define cadeia como:

Uma seqüência de operações à produção de bens, cuja articulação é amplamente influenciada pelas possibilidades tecnológicas e definidas pelas estratégias dos agentes. Estes possuem relações interdependentes e complementares, determinados pelas forças hierárquicas (Morvan, 1985 apud MACHADO FILHO, 1996).

No Brasil, a abordagem do conceito teve início na década de 90 pela empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, quando se buscava um marco conceitual capaz de lidar com análise do ambiente externo e a determinação de estratégias que pudessem orientar a mudança institucional. Buscava-se alinhar a instituição com seu ambiente externo relevante, em processo de mudança acelerada, conseqüentemente de alta turbulência (Johnson et al., 1994).

A idéia central é que a visão de cliente da Empresa deveria ser revista, para incluir novos e importantes atores participantes do desenvolvimento da agricultura e com relevância para a instituição. De início, estes atores foram caracterizados como os atores "fora da porteira da fazenda, antes da porteira e depois da porteira": os fornece-

* Economista, Pós-Graduada em Economia Agroindustrial na UFG e Gerente de Contas Regionais da Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação da Seplan-GO.
e-mail: dinamar@seplan.go.gov.br

** Economista, Pós-Graduado em Economia Agroindustrial pela UFG e Gestor de Planejamento e Orçamento da Seplan-GO.
e-mail: marcos@seplan.go.gov.br

Dinamar Maria Ferreira Marques*



Marcos Fernando Arriel**



dores de insumos, as agroindústrias, as estruturas de comercialização, os consumidores finais e as estruturas de apoio de produção.

Os primeiros trabalhos aplicando este enfoque surgiram na década de 80, tendo sido amplamente expandidos na década de 90. Contribuiu para esta expansão o desenvolvimento de ferramentas analíticas consistentes (Castro et al., 1995 e 1998; Zylbersztagn, 1994; Batalha, 1998). Essas contribuições ampliaram o uso do enfoque sistêmico e de cadeias produtivas em estudos e projetos de desenvolvimento, para ampliar a compreensão, a intervenção e a gestão no desempenho da agropecuária.

Com base no exposto, este artigo objetiva analisar a cadeia produtiva de suínos e aves na Microrregião do Sudoeste Goiano, enfocando o cenário nacional e regional com uma atenção voltada ao município de Rio Verde, reconhecido como o "Agricluster", onde a Indústria Perdigão veio instalar-se.

Competitividade da Cadeia Produtiva de Suínos e Aves

As grandes empresas presentes no agronegócio exercem, na maioria dos casos, o papel de agentes coordenadores da cadeia produtiva, sendo exemplo típico o sistema agroindustrial de processamento de carnes de aves e suínos. A empresa Perdigão situada no Estado de Goiás na Microrregião do Sudoeste Goiano, mantém relações com produtores integrados de suínos e aves. Estes produtores encarregam-se da engorda dos animais, mantendo relações contratuais com as empresas integradoras, que repassam



periodicamente os insumos necessários à criação (ração, medicamentos), assim como as técnicas de manejo e controle sanitário. Através da integração, foram estabelecidas as bases para a constituição de empresas competitivas, uma vez que, além de alcançarem níveis elevados de eficiência sob o ponto de vista da técnica produtiva, assegurou-se a minimização dos custos de transação.

A competitividade da cadeia de suínos e aves no Estado de Goiás se deve principalmente ao clima, extensão territorial, disponibilidade de água, produção de grãos e baixos custos de produção, possuindo um grande potencial de crescimento da produção, tanto para satisfazer o aumento do consumo interno, como também, para melhorar sua participação nas exportações mundiais.

Cenário Nacional da Cadeia Produtiva de Suínos e Aves

A suinocultura e avicultura são atividades muito importantes no sistema produtivo e no abastecimento nacional, além de ser fortes influenciadoras nas exportações, fomentam a indústria de rações e a produção de milho e soja, disponibilizando a população alimentos de qualidade com baixo custo e postos de trabalho no campo e na indústria.

Estas atividades foram conduzidas no Brasil até a década de 70 de forma rudimentar. A partir daí iniciou-se um processo de intensa inovação tecnológica. As raças passaram por cuidadoso processo de seleção genética, de maneira a conseguirem altos índices de produtividade.

Tabela 1
Produção brasileira de carne de frango
1999 - 2003

Ano	Mercado Interno	Exportação	Total
1999	4.755.492	770.551	5.526.044
2000	5.069.777	906.746	5.976.523
2001	5.486.408	1.249.288	6.735.696
2002	5.917.000	1.599.923	7.516.923
2003	5.920.908	1.922.042	7.842.950

Fonte: ABEF - Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos

O Brasil ocupa o primeiro lugar mundial entre os exportadores (1.922.042 toneladas) e o terceiro entre os produtores (7.842.950 toneladas) de carne de frango.

O consumo per capita de carne suína no Brasil é baixo (12,4 Kg), ao contrário de países da Europa, América do Norte e Ásia. Espanha apresentou o maior índice de consumo anual, que foi de 69,6 Kg em 2003. Em segundo lugar a Dinamarca, com 58,4 Kg, seguida pela Áustria, com 56,2 Kg, e Alemanha com 54,7 Kg. Os mercados gigantescos da China e EUA registraram um consumo de 33 Kg e 30,7 Kg, respectivamente. A projeção do setor privado é de que o consumo interno brasileiro deverá continuar crescendo, embora em ritmo menos rápido, puxado pelos embutidos, tais como presunto, hambúrgueres, dentre outros.

Tabela 2
Produção brasileira de carne suína - 1999 - 2003

Ano	Mercado Interno	Exportação	Total
1999	1.746.713	87.287	1.834.000
2000	2.428.117	127.883	2.556.000
2001	2.464.835	265.165	2.730.000
2002	2.396.137	475.863	2.872.000
2003	2.206.513	491.487	2.698.000

Fonte: USDA/ABIPECS

As vendas externas brasileiras de carne suína apresentam participação crescente em relação à produção. O ano de 1999 representou 4,8%. Esta participação se elevou para 18,2% no ano de 2003. Mas as vendas externas ainda estão concentradas, exigindo um esforço para a diversificação. Apenas os quatro maiores importadores (China, Argentina, Uruguai e Rússia) respondem por 90% das vendas externas do país.

Cenário Regional da Cadeia Produtiva de Suínos e Aves

A produção de suínos e aves no Estado de Goiás são atividades crescentes, capazes de atender à demanda interna e o seu excedente é destinado ao mercado externo. A cadeia produtiva apresenta maior concentração em dez municípios da Microrregião do Sudoeste Goiano: Rio Verde, Aparecida do Rio Doce, Montividiu, Santo Antônio da Barra, Santa Helena de Goiás, Maurilândia, Quirinópolis, Cachoeira Alta, Castelândia e Jataí.



Em Rio Verde, o rebanho suíno cresceu em média 14% ao ano entre 1990 e 2000 e 658,62% entre 1998 e 2002. O município é o 1º do ranking do Estado. O número de aves passou de 186.000 cabeças em 1998 para 6.210.000 em 2002, atingindo um crescimento de 3.238,71%. Esses números indicam o poder de nucleação de uma grande empresa integradora.

Agricluster Sudoeste Goiano

Segundo Michael Porter, uma localidade pode ser considerada um "cluster" caso haja concentração (geográfica e setorial) de empresas e instituições que, em sua interação, gerem capacidade de inovação e conhecimento especializado e, em consequência, favoreçam a construção de vantagens competitivas.

Cluster agroindustrial significa aglomerado que apresenta integrações e inter-relações entre sistemas ou cadeias do agronegócio, em um espaço delimitado. Por exemplo, os sistemas agroindustriais de suínos e aves têm vinculações diretas a montante e a jusante de outros sistemas agroindustriais. A vantagem do cluster em relação ao sistema isolado está na integração com outros sistemas possibilitando sinergismo entre as diversas atividades.

Assim, a empresa Perdigão situada no município de Rio Verde tem provocado dinamismo nos investimentos de outras empresas, como: Comigo, Transportadora Brasil Central e outras. Grandes indústrias de processamento e tradings multinacionais e brasileiras: Coinbra, Cargill, Caramuru, ADM e Bunge. Na Microrregião concentram-se várias companhias ligadas ao complexo de grãos e carnes.

O Complexo Industrial de Rio Verde-GO opera desde junho de 2000 e reúne as unidades de produção verticalizadas, fábrica de rações, incubatórios e parte dos fornecedores diretos, todos localizados no mesmo Distrito Industrial. A estrutura própria conta ainda com armazéns de grãos, granja de matrizes de aves e granja de avós¹.

¹ Empresas que produzem as matrizes que irão produzir os pintos de um dia, para granja de postura ou para frangos de corte.

Quadro 1
Agricluster de Suínos e Aves no Sudoeste de Goiás



Fonte: Perdigão

No ano de 2004 a empresa deverá alcançar cinco mil e quinhentos empregos, com investimento de R\$ 700 milhões no complexo, sendo R\$ 412 milhões pela empresa e o restante pelos produtores rurais e transportadores integrados.

A produção de suínos e aves desta unidade da empresa é feita exclusivamente por terceiros, através de diversos sistemas de integração e contratos. A integração está centrada num raio de 60 Km, nos municípios de Rio Verde, Montividiu, Santa Helena, Jataí, Aparecida do Rio Doce e Acreúna.

O abastecimento de farelo de soja é feito por terceiros, procedentes principalmente dos municípios de Rio Verde, Jataí e Itumbiara, os demais insumos são fornecidos por empresas locais e de outros países. A genética de suínos é fornecida por empresas brasileiras e multinacionais, a de frangos vem de uma empresa americana. A empresa desenvolve, também, pesquisas em parceria com a Embrapa para o tratamento de dejetos e assistência no monitoramento ambiental.

Fatores que definiram a escolha da região para implantação do Agricluster

A empresa Perdigão identificou a possibilidade de esgotamento da produção de grãos na re-



gião Sul do país e visualizou as vantagens competitivas na região do cerrado, considerando os seguintes atrativos de Goiás:

- Grande disponibilidade de grãos, principalmente milho e soja;
- Ausência de grandes concorrentes;
- Clima, solo e relevo favoráveis;
- Logística;
- Disponibilidade de capital - FCO;
- Incentivos fiscais.

As dificuldades encontradas pela empresa foram:

- Aspectos culturais da região totalmente diferentes da região Sul do país;
- Inexistência de mão-de-obra qualificada em cada uma das etapas do projeto;
- Infra-estrutura incompleta.

A partir da década de 1980, a soja e o milho tornaram-se os principais produtos agrícolas do Sudoeste de Goiás, viabilizando as exportações para atender às indústrias de óleo e à crescente produção de ração para gado, suíno e aves. Por outro lado, a ampliação da capacidade de processamento da soja e milho potencializou a produção agroindustrial e o desenvolvimento de outras atividades, como a suinocultura e a avicultura.

Nessa região é possível trabalhar com custos competitivos. Contudo, há que se destacar que tal competitividade é alcançada também em função da associação entre capital e a geração e difusão de tecnologias, entre outros fatores, que criam o ambiente propício para a construção de vantagens competitivas.

A produção de grãos nos últimos anos tem mostrado saltos importantes, motivados também

pelo crescimento da produção de suínos e aves. Em 2003 a produção de milho (1.828.898 toneladas) e soja (2.919.719 toneladas) da Microrregião Sudoeste Goiano somou 4.748.617 milhões de toneladas (47,7% do Estado) em uma área plantada de 2.892.767 hectares (44,7 % do Estado).

A produtividade da soja e milho supera as lavouras de arroz e de algodão, em função dos grandes investimentos realizados com tecnologias avançadas. Produtos como feijão, sorgo, trigo, girassol e tomate são também importantes no portfólio dos produtores da região.

A quantidade produzida de milho e soja oscila muito em função dos preços praticados no mercado, resultando em períodos instáveis caracte-

rizando-se como um ponto fraco na cadeia. Contudo é possível desenvolver sistemas locais coordenados que possam gerar demanda local mais garantida e preços sustentados.

A mecanização das lavouras é favorecida pela topografia, resultando no uso de máquinas e equipamentos de última ge-

ração em todas as etapas, da semeadura à colheita. Calcula-se que existem cerca de 9,9 mil tratores, 4,3 mil máquinas de plantio e 2,2 mil colheitadeiras na Microrregião. Noventa e quatro estabelecimentos comerciais especializados em insumos agropecuários contribuem com o município na geração de empregos e arrecadação de impostos. Os fabricantes de insumos procuram passar aos seus clientes tecnologias, através de cursos de capacitação e palestras técnicas.

Para o desenvolvimento do agronegócio, a concentração de grande número de fornecedores é ideal, pois estimula forte competição em preços e propicia a venda de serviços e produtos de qualidade.

O município de Rio Verde é referência brasileira no que diz respeito aos agriclusters. O pólo local formado por cerca de 18 municípios, apresenta como destaques a presença de

“A cadeia produtiva está alicerçada na integração entre todos os fornecedores e clientes, demonstrando capacidade de adaptação às mudanças tecnológicas às novas exigências dos consumidores e à alteração do ambiente institucional”.

agroindústrias como a Perdigão, além da existência da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (Comigo).

A empresa Perdigão, por exemplo, atraiu para a cidade várias indústrias que atuam em segmentos complementares às atividades da empresa. Considerado modelo nacional de cluster agropecuário altamente competitivo. Essa concentração geográfica traz ganhos de produtividade na busca de insumos, gera mão-de-obra especializada e facilita o acesso à informação e à tecnologia.

A iniciativa está contribuindo para o desenvolvimento econômico de toda a Microrregião. O Produto Interno Bruto que participava cerca de 10,0% em 1998 passou a representar 11,6% em 2001 do PIB estadual.

No agricluster o produtor é um elo importantíssimo porque supre a necessidade de mão-de-obra e consegue, por meio de cooperação e integração, um custo de produção mais baixo, aumentando assim a competitividade no mercado. A cadeia produtiva está alicerçada na integração entre todos os fornecedores e clientes, demonstrando capacidade de adaptação às mudanças tecnológicas às novas exigências dos consumidores e à alteração do ambiente institucional.

É inegável concluir que o agricluster de suínos e aves da Microrregião Sudoeste de Goiás está inserido em um mercado ascendente, em escala

nacional e mundial. É possível projetar a sustentabilidade da posição de liderança da Microrregião no longo prazo, caso a região continue atenta às recomendações dos especialistas em competitividade. Este agricluster, um dos maiores e mais modernos do país e do mundo, deve adotar postura estratégica de desenvolvimento aproveitando-se da predominância de pontos fortes em um ambiente de oportunidades e bem utilizando as tecnologias disponíveis. Afinal, a tecnologia é a melhor arma para derrubar custos de produção e, se utilizada de forma apropriada, é quem desempata o jogo da competitividade.

Referências

ABEF - Associação Brasileira de Exportação de Frango. Associação Brasileira de Suínos.

ABIPECS - Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína.

ARAUJO, Massilon J. Fundamentos de Agronegócios. São Paulo, Atlas 2003.

BRUM, Bruno Leonardo Daviani, Ivan Wedekin. Estudo de Caso - O Agricluster de Carnes de Aves e Suíno no Sudoeste de Goiás.

PERDIGÃO. Disponível em: <<http://www.perdigao.com.br>> Acesso em: 12 de nov. 2004.

Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado - Anuário Estatístico 2004.

_____. Produto Interno Bruto Municipal 2000.



A Importância do Agronegócio para Goiás

O agronegócio no Brasil constitui um dos setores mais dinâmicos da economia e, conforme pesquisa da Confederação Nacional da Agricultura - CNA, seu PIB representou em 2003 R\$ 447 bilhões. Segundo dados do IBGE, a agropecuária é responsável direta pelo emprego de 17,4 milhões de pessoas, o que representa 24,2% da população economicamente ativa (PEA) e que, para cada milhão de reais investido na agropecuária, são gerados 202 empregos.

A agropecuária também tem grande importância na balança comercial, sendo forte geradora de divisas do país. Após o último programa de

*Karine Cristiane Ferreira**



estabilização econômica, gerou elevados saldos positivos na balança comercial, enquanto os demais setores da economia acumularam déficits crescentes. Em 2002, respondeu por aproximadamente 41,15% das exportações brasileiras.

De acordo com o Banco Mundial, a economia global aumentou 28 vezes nos últimos 30 anos. No Brasil, a agropecuária passou a ter uma posição estratégica no superávit da Balança Comercial. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, consultado em 2003), a participação da agropecuária representou 44,5% do total arrecadado com as exportações brasileiras registradas em junho, US\$ 5,875 bilhões, com um recorde histórico de 48,5% em relação ao mesmo período do ano anterior e um superávit comercial do agronegócio de US\$ 24 bilhões.

Quadro 1
Balança Comercial do Agronegócio - 2003/2004

Produto	Agosto/2004 (a)			Agosto/2003 (b)			Var % (a/b)		
	X	M	Saldo	X	M	Saldo	X	M	Saldo
Complexo da soja	1.016.649	3.835	1.012.814	962.548	24.972	327.344	5,6	-84,6	8,0
Carnes	56.883	5.055	561.828	331.233	3.889	327.344	71,1	30,0	71,6
Madeira e suas obras	367.293	8.303	358.90	222.112	5.545	216.567	65,4	49,7	65,8
Açúcar e álcool	318.182	13	318.169	333.588	24	333.564	-4,6	-45,8	-4,6
Couros, peles e calçados	273.383	20.692	252.691	223.509	18.007	205.502	22,3	14,9	23,0
Papel e celulose	214.659	66.660	147.999	204.041	49.240	154.801	5,2	35,4	-4,4
Fumo e tabaco	203.495	902	202.593	115.420	1.967	113.453	76,3	-54,1	78,6
Café, chá, mate e especiarias	169.748	2.959	166.789	103.795	1.794	102.001	63,5	64,9	63,5
Algodão e fibras têxteis vegetais	144.522	15.913	128.609	102.001	17.637	84.364	41,7	-9,8	52,4
Sucos de frutas	111.774	7.509	104.265	133.639	4.801	128.838	-16,4	56,4	-19,1
Cereais, farinhas e preparações	61.246	114.972	-53.726	46.833	135.839	-89.006	30,8	-15,4	39,6
Frutas, hortaliças e preparações	49.511	28.314	21.197	37.221	19.906	17.315	33,0	42,2	22,4
Pescados	37.881	11.832	26.049	38.458	10.503	27.955	-1,5	12,7	-6,8
Cacau e suas preparações	29.324	2.282	27.042	31.819	18.379	13.440	-7,8	-87,6	101,2
Leite, laticínios e ovos	12.253	9.187	3.066	7.955	6.936	1.019	54,0	32,5	200,9
Bebidas	4.412	13.594	-9.182	4.214	13.842	-9.268	4,7	0,8	0,9
Borracha natural	149	25.408	-25.259	25	11.610	-11.585	496,0	118,8	-118,0
Demais produtos	198.841	53.279	145.562	143.027	42.182	100.845	39,0	26,3	44,3
TOTAL GERAL	3.780.205	390.709	3.389.496	3.041.438	386.713	2.654.725	24,3	1,0	27,7

Fonte: SECEX/MDIC: Análise das Informações de Comércio Exterior
Elaboração: SPC/MAPA

* Economista, pós-graduada em Finanças, mestranda em agronegócios pela UFG e docente das Faculdades ALFA.
e-mail: karinecf@alfa.br



As exportações do agronegócio totalizaram em agosto deste ano US\$ 3,780 bilhões, 24,3% acima do valor registrado em agosto de 2003. As importações apresentaram um crescimento de 1% em relação ao mesmo período de 2003, totalizando US\$ 391 milhões. Com isso, o superávit comercial do agronegócio totalizou US\$ 3,389 bilhões.

Goiás aparece no cenário nacional a partir de 1940, com o objetivo de atender à demanda de produtos primários para a região sudeste, que iniciava o seu processo de industrialização. O Estado foi incorporado ao processo produtivo nacional como fornecedor de gêneros alimentícios e matérias-primas e, principalmente, como absorvedor de excedentes populacionais de outras regiões do país.

Devido às condições logísticas de produção e escoamento privilegiadas, o Estado passou a receber um grande número de agroindústrias, o que provocou um efeito multiplicador na economia da região. Goiás então deixa de ser um mero produtor de matéria-prima que atendia as regiões mais desenvolvidas, para ser um forte gerador de divisas, emprego e renda.

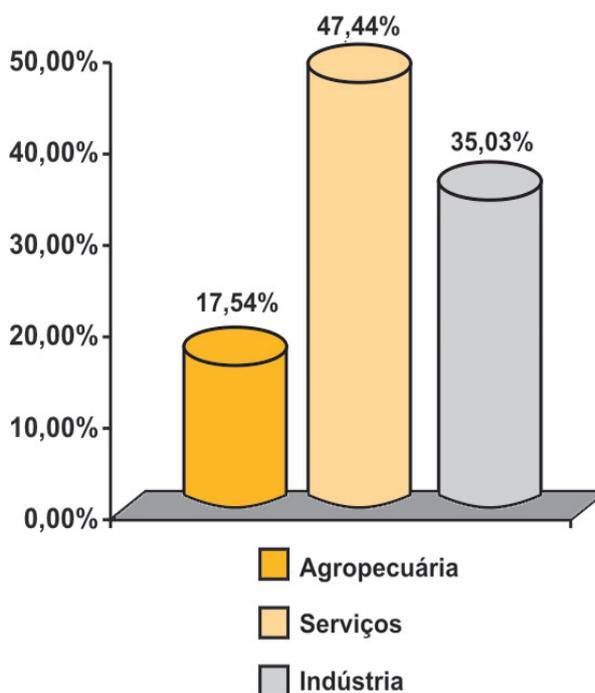
Nos mercados agroalimentares, é fundamental, portanto, reduzir a distância econômica e a distância temporal entre o produtor e o consumidor. Diminuir a distância econômica, ou seja, fazer mais barato, decorre do gerenciamento preciso dos custos e da cadeia de valor, através da construção do modelo econômico do negócio e de uma análise criteriosa e detalhada dos processos operacionais. Reduzir a distância temporal significa cumprir as etapas de produção e distribuição num tempo menor, poupando recursos e ampliando o giro dos ativos empregados. (WEDEKIN, 1997).

A trajetória do agronegócio em Goiás tem-se mostrado bastante audaciosa e, principalmente, animadora. O setor ocupa lugar de destaque na economia, sendo responsável por cerca de 33% do PIB do Estado, segundo estimativas. Conforme dados da Seplan-GO, o setor agrícola cresceu mais de 50% nos últimos cinco anos, saindo de uma safra de 7,5 milhões de toneladas de grãos em 1998 para 11,2 milhões de toneladas de grãos em 2003.

Segundo dados da Superintendência de Planejamento da Secretaria da Agricultura, as exportações de produtos derivados do agronegócio goiano somaram US\$ 575,75 milhões de janeiro a junho deste ano, o que representa 86% do faturamento total, que chegou a US\$ 669,45 milhões no período. No período anterior, a participação do agronegócio nos embarques globais de Goiás era de 81,78%.

A agropecuária se mostra grande responsável pelos expressivos números do PIB do agronegócio do Estado de Goiás. Em 2001 o setor foi responsável por 17,54% do produto gerado. Estudos mostraram que cerca de 41% dos municípios goianos têm na agropecuária sua principal atividade econômica.

Gráfico 2
Participação das principais atividades no PIB de Goiás em 2001



Fonte: Seplan-GO/Sepin - Gerencia de Contas Regionais

Segundo dados da CONAB, de 2001 para cá, a produção cresceu cerca de 11% no Estado. Tal aumento da produção é decorrente, além das condições edafo-climáticas, dos avanços na área da pesquisa, principalmente no que tange ao desenvolvimento de tecnologias compatíveis com a questão ambiental.



Nesse mesmo período, a área plantada em Goiás ampliou-se de 1.887,4 mil ha em 2001 para 2.095,0 mil ha em 2003. Esse imenso potencial do agronegócio goiano, aliado à capacidade instalada de suas agroindústrias e aos incentivos dados pelo governo Marconi Perillo, possibilitam altos investimentos no Estado.

Comparado ao desempenho de outros setores econômicos, o agronegócio goiano conseguiu uma boa equação de vantagens competitivas, podendo crescer com boa rentabilidade e se inserindo na concorrência global de forma satisfatória.

De forma geral, o agronegócio goiano deve adotar a postura estratégica do desenvolvimento, aproveitando-se da predominância de pontos fortes em um ambiente de oportunidades. Para

tanto, a adoção de soluções para eliminar os pontos fracos da região poderia reforçar ainda mais a posição competitiva do Estado de Goiás.

Contudo, galgar posições competitivas depende, acima de tudo, de escapar das ameaças que podem afetar as engrenagens do sistema produtivo local.

Referências

PESSOA, J. de M. A revanche camponesa. Goiânia: UFG, 1999

WEDEKIN, I. Reestruturação competitiva do agribusiness. *Agroanalysis*, dez. 1994

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEADATA

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento - Seplan-GO.

Inserção e Perspectivas do Nordeste Goiano na Divisão Regional do Trabalho em Goiás



César Augustus Labre
Lemos de Freitas*

As contradições no processo de desenvolvimento econômico

A Região Nordeste de Goiás¹ tem se apresentado historicamente em condições de desigualdades com o resto do Estado em seu processo de desenvolvimento econômico. A inserção da economia goiana na nova divisão regional do trabalho estabelecida no Brasil na segunda metade do século XX veio acompanhada de mudanças estruturais na economia regional, principalmente a partir da década de 1980 (ESTEVAM, 1997). Dessa dinâmica vieram grandes transformações sociais, econômicas e políticas que agravaram as disparidades regionais internas.

As formas, como se dá a acumulação do capital em Goiás, são explicativas do porquê deste processo, se compreendermos que a divisão do trabalho imposta pela expansão capitalista impõe ao mesmo tempo a homogeneização do território, permitindo uma maior e melhor integração inter-regional. Entretanto, a partir das diferentes formas de acumulação nas distintas regiões vão se formando as grandes desigualdades territoriais (OLIVEIRA, 1993).

“A falta de políticas públicas que visem democratizar o capital tem sido um dos fatores fundamentais para que as desigualdades sócio-territoriais surjam e formem um modelo econômico baseado na desintegração regional”.

Além disso, podemos citar que a amenização destas desigualdades só pode acontecer mediante políticas públicas que corrijam as distorções impostas pela desigual distribuição das atividades econômicas pelo território (ARAÚJO, 1999). O caráter destas políticas deve ser pautado em dois aspectos. Em primeiro lugar deve existir a preocupação de organização dos mercados permitindo um direcionamento do capital de forma que os investimentos produtivos vão se distribuindo de forma mais equitativa. Em segundo lugar o que consideramos de fundamental importância é como as mudanças na estrutura econômica atin-

gem as camadas populares que historicamente se encontram desprovidas de instrumentos que diminuam os impactos da dinâmica da modernização capitalista, principalmente no que diz respeito à distribuição de renda, que se materializa também na forma como se dá à concentração fundiária, não só no campo, mas principalmente nas cidades decorrentes do processo de urbanização fruto do modelo econômico que se implanta.

Diante disso, podemos entender as desigualdades regionais de duas formas, como produto direto da forma como a expansão capitalista estabelece uma divisão regional do trabalho que permita a criação de regiões especializadas que servem de base para um processo de integração territorial a partir do atendimento das premissas básicas da economia de mercado, a produção, circulação e consumo.

Por outro lado, a falta de políticas públicas que visem "democratizar" o capital tem sido um dos fatores fundamentais para que estas desigualdades sócio-territoriais surjam e formem um modelo econômico baseado na desintegração regional. Aparentemente vão se formando fal-

* Economista, Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás e professor titular do curso de Ciências Econômicas da UEG. e-mail: cesarlabre@bol.com.br

¹ Segundo os critérios estabelecidos pela Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento de Goiás, são os seguintes municípios pertencentes à Região Nordeste: Alvorada do Norte, Alto Paraíso de Goiás, Buritinópolis, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambaí, Monte Alegre, Nova Roma, Posse, São Domingos, São João D'Aliança, Simolândia, Sítio D'Abadia e Teresina de Goiás.



sas dualidades, regiões "modernas" em contraste com regiões "atrasadas". Sobre isso, Ianni (1965) argumenta a falsidade desta tese por considerar que esta aparente dualidade não existe, mas se apresenta como processo resultante do desenvolvimento capitalista no território.

Modernização econômica e nova estrutura da divisão regional do trabalho em Goiás

Esta breve análise nos permite compreender como o desenvolvimento econômico cria as

disparidades no território tanto em nível de concentração das atividades econômicas quanto da distribuição da riqueza pelo território. A realidade da economia goiana nas últimas duas décadas do século XX não se mostrou de outra forma. O modelo econômico implementado em Goiás tem demonstrado duas realidades distintas.

Um primeiro aspecto a ser observado é o aumento considerável no seu Produto Interno Bruto levando em conta também uma maior participação relativa no conjunto da economia brasileira (Tabela 1).

Tabela 1
Participação no PIB do Brasil a preços de mercado corrente do Estado de Goiás

Estado de Goiás	1980	1990	1997	1998	1999	2000	2001
	1,8	1,75	1,84	1,91	1,84	1,97	2,09

Fonte: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais.

Podemos destacar como principal fator desta nova realidade da economia goiana o processo de diversificação das atividades representado por uma mudança na estrutura produtiva

(Tabela 2) em que os setores secundário e terciário aumentaram de forma considerável sua participação na formação do Produto Interno do Estado.

Tabela 2
Estrutura do PIB por setor de atividade do Estado de Goiás

Ano/Setor de Atividade	Agropecuária	Indústria	Serviços
1980	20,13	30,79	49,08
1987	16,75	24,28	58,97
1988	15,05	27,63	57,32
1989	11,84	27,66	60,5
1990	14,49	24,75	60,76
1991	13,58	25,30	61,12
1992	13,34	27,47	59,19
1993	16,22	26,73	57,05
1994	18,67	28,29	53,04
1995	18,07	26,07	55,86
1996	15,84	26,72	57,44
1997	15,87	29,4	54,73
1998	16,35	28,74	54,91
1999	16,16	29,56	54,28
2000	17,19	32,49	50,32
2001	17,54	35,03	47,43

Fonte: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais.

Com relação a esta nova estrutura das atividades econômicas há que se destacar o papel que o setor terciário (representado principalmente pelos serviços) considerando que 50,41% (SEPLAN, 2003) dos municípios goianos registraram como

principal atividade este setor, com destaque para Goiânia e Região Metropolitana. Dos cinco maiores municípios no ranking do setor, três pertencem a Região Metropolitana, Goiânia, Aparecida de Goiânia e Senador Canedo (Tabela 3).



Tabela 3
Ranking dos municípios por setores de atividade - 2000

Agricultura	Indústria	Serviços	PIB
Rio Verde	Goiânia	Goiânia	Goiânia
Jataí	Anápolis	Anápolis	Anápolis
Cristalina	Catalão	Aparecida de Goiânia	Rio Verde
Mineiros	Itumbiara	Rio Verde	Aparecida de Goiânia
Chapadão do Céu	Aparecida de Goiânia	Senador Canedo	Catalão
Luziânia	Rio Verde	Itumbiara	Itumbiara
Montividiu	Minaçu	Luziânia	Jataí
Caipônia	Luziânia	Jataí	Luziânia
Quirinópolis	Jataí	Catalão	Senador Canedo
Santa Helena de Goiás	Trindade	Valparaíso de Goiás	Minaçu

Fonte: Seplan-GO/Sepin-Contas Regionais/Municipais-2003

Esta realidade não é particular em Goiás, mas fruto de uma nova rearticulação econômica global que tem como uma das características centrais, o processo de desconcentração industrial das grandes metrópoles em que a economia metropolitana assume papel chave na dinâmica de acumulação do modo de produção capitalista tendo o setor de serviços como principal atividade econômica nestas regiões. Estas passam a assumir centros de comando na nova dinâmica da economia mundial (BENKO, 1999).

É perceptível também como a nova divisão do trabalho em Goiás assume um papel concentrador, haja vista que os cinco maiores PIBs do Estado estão concentrados em três regiões, Metropolitana, Sudoeste e Sudeste (Tabela 3). Aproximadamente 44% do produto estadual e 40% da população estão concentrados em apenas cinco cidades (Tabela 3).

A análise por setor de atividades mostra também a especialização regional que a economia goiana adquire, se considerarmos que a Região Sudoeste se destaca pelas atividades agropecuárias. Dos dez maiores PIBs municipais do setor, sete são de municípios pertencentes a Região Sudoeste, tendo como destaque principal a agroindústria que se apresenta como setor de considerável importância na pauta de exportações do Estado.

A indústria que vem apresentando um considerável crescimento (Tabela 2) tem se concentrado nas Regiões Metropolitana, Sul e Sudoeste. Destaca-se a construção civil em Goiânia, o setor

químico-farmacêutico em Anápolis, a indústria automobilística em Catalão e beneficiamento de produtos agrícolas em Rio Verde.

Já o setor terciário é representado principalmente nas cidades de Goiânia, Anápolis e Aparecida de Goiânia. Goiânia tem se consolidado nos últimos anos como uma metrópole regional, que atende não só os municípios do Estado de Goiás, mas também a população de estados limítrofes das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, destacando-se principalmente nos serviços de saúde.

Os dados apresentados demonstram de forma clara que existe um processo de especialização regional na economia goiana, criando alguns "arquipélagos de prosperidade", em contradição com outras regiões do Estado, principalmente as Regiões Norte e Nordeste que representam em termos de Produto Interno Bruto algo próximo a apenas 10% do total do Estado (Tabela 4).

Existe aqui o que Oliveira (1993, p.76) denomina de concentração e centralização do capital, quando afirma que "Esse movimento dialético destrói para concentrar, e capta o excedente das outras 'regiões' para centralizar o capital". A destruição se dá no momento em que as relações de produção antiga são substituídas por novas que permitem melhores condições estruturais na dinâmica da acumulação capitalista, além disso, existe toda a formação de uma nova estrutura que permite uma integração regional, facilitando assim o processo de centralização das atividades econômicas.



Tabela 4

Produto Interno Bruto, participação, população e PIB per capita por Região de Planejamento - 2000

Região de Planejamento	PIB (R\$ mil)	Participação no Estado (%)	População	PIB <i>per capita</i> (R\$)
Metropolitana de Goiânia	7.874.322	36,35	1.639.516	4.803
Centro Goiano (Eixo BR-153)	2.120.682	9,79	552.937	3.835
Norte Goiano	260.848	5,82	300.807	4.192
Nordeste Goiano	299.489	1,38	147.986	2.024
Entorno do Distrito Federal	1.829.865	8,45	810.701	2.257
Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	1.423.500	6,57	239.674	5.939
Sul Goiano	1.956.677	9,03	364.129	5.374
Sudoeste Goiano	2.887.304	13,33	433.168	6.666
Oeste Goiano (Eixo GO-060)	1.365.820	6,30	328.504	4.158
Noroeste Goiano (Estrada do Boi)	646.493	2,98	185.806	3.479
Estado de Goiás	21.665.000	100,00	5.003.228	4.330

Fonte: Seplan-GO/Seplan-Contas Regionais/Municipais-2003

Esta dinâmica se apresenta muito clara no desenvolvimento econômico do Estado de Goiás se considerarmos que a nova divisão do trabalho que se estabelece em território goiano é fruto direto desta nova lógica econômica implantada. O aumento da produtividade é decorrente principalmente da concentração dos investimentos produtivos e a formação de economias de aglomeração em regiões específicas que servem de atrativo de mão-de-obra e mantém uma posição privilegiada com relação aos mercados externos, tanto nacionais, quanto internacionais.

A partir dos dados apresentados podemos entender que a modernização econômica em Goiás não acontece de forma equitativa entre as regiões se considerarmos que decorrente desse processo a distância entre as regiões tanto em termos econômicos quanto sociais tem aumentado consideravelmente. A realidade apresentada justifica uma necessidade de uma intervenção mais consistente no direcionamento deste processo, levando em conta a necessidade premente de desenvolver políticas de desenvolvimento regional que permitam uma maior integração social e econômica entre as diversas regiões do Estado.

A realidade do Nordeste goiano em comparação com desenvolvimento econômico em Goiás.

As disparidades sociais e econômicas do Nordeste de Goiás com o resto do Estado são significativas se avaliarmos que o processo de concentração de renda na região tem se intensifica-

do na década de 1990. O fenômeno é decorrente da forma como a região não foi inserida, de maneira mais significativa, no processo de produção de riquezas em Goiás no mesmo período. Um dos primeiros aspectos a ser considerado é que tem aumentado o número de pobres e indigentes na região no período estudado.

Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do IPEA com relação aos anos de 1991 e 2000, a intensidade da indigência na Região Nordeste de Goiás saltou de 33,09% da população para 53,15%. Enquanto o aumento da pobreza no mesmo período passou de 51,387% para 53,90 % da população. Índices muito mais altos do que a média do Estado de Goiás onde o número de indigentes saltou de 35,26% para 47,00%, enquanto o número de pobres caiu de 42,32% para 39,79% da população estadual.

Estes números são representativos da piora das condições de vida da população local e como esta parcela da população goiana tem se inserido na nova divisão do trabalho em Goiás. O desenvolvimento econômico por que tem passado Goiás nas últimas décadas fruto das mudanças em sua estrutura produtiva não se tem apresentado com a mesma intensidade no Nordeste Goiano, haja vista que até o momento pouco tem mudado na estrutura produtiva da região.

Esta mudança se dá basicamente na produção agrícola regional que tem gradativamente aumentado a importância de produtos como a soja e milho e diminuído a produção de arroz, laran-

ja e manga (Tabela 5). Considerando o aumento da produção de soja, típica de grandes propriedades, pode-se deduzir que está havendo uma intensificação da concentração fundiária na região.

Tabela 5
Evolução da produção agrícola no Nordeste Goiano

Produto	1990	2002
Algodão herbáceo (em caroço) (Ton.)	13	-
Alho (Tonelada)	143	-
Arroz em casca (Tonelada)	40.820	33.577
Banana (Mil cachos)	811	3.709
Batata Inglesa (Tonelada)	1.200	
Café (em coco) (Tonelada)	349	83
Cana de açúcar (Tonelada)	63.210	43.678
Feijão (em grão) (Tonelada)	2.339	3.594
Laranja (Mil frutos)	3.750	774
Melancia (Mil frutos)	105	1.800
Mandioca (Tonelada)	14.000	13.360
Manga (Mil frutos)	3.000	84
Maracujá (Mil frutos)	21	-
Milho (em grão) (Tonelada)	10.460	69.881
Soja (em grão) (Tonelada)	20.290	30.795
Sorgo granífero (em grão) (Tonelada)	-	108
Tomate (Tonelada)	80	240

Fonte: Sistema IBGE de recuperação automática; IBGE, 2003.

O Governo do Estado de Goiás através da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento apresenta como perspectiva para região o Programa Nordeste Novo que tem como metas principais estimular o aumento da produção agrícola, o desenvolvimento da agroindústria bem como aproveitar os potenciais turísticos da região, incentivando, juntamente com a iniciativa privada, as atividades econômicas voltadas para o setor.

Entretanto, consideramos ainda muito tímidas as propostas de desenvolvimento regional apresentadas até então, visto que a idéia de políticas de desenvolvimento regional deve ser visualizada de forma não só de aproveitar o potencial ou "vocaçao" mas também criando perspectivas de inserção mais efetiva de áreas marginais ao processo de desenvolvimento econômico.

Araújo (1999, p. 17) sobre este processo considera que:

Trata-se, portanto, da reconstrução de espaços mais amplos de atuação de políticas públicas (nem

todas executadas por entes governamentais), e da redescoberta de identidades regionais e da necessidade de promover a integração de sub-espacos (regiões) deixados à margem pelo movimento mais geral e seletivo da inserção global dos pólos dinâmicos. Integração importante num país heterogêneo e continental como o Brasil.

As políticas públicas de desenvolvimento regional devem se pautar, sobretudo, no fortalecimento dos poderes locais criando perspectivas para que as populações, que vão sendo impactadas pelo processo de modernização da estrutura econômica, possam estar preparadas e conscientes da realidade em que vivem.

As propostas de desenvolvimento regional devem estimular o desenvolvimento de novas formas de exploração econômica pautadas na idéia de sustentabilidade baseada em aspectos culturais, políticos e ambientais. Esta preocupação deve ser central quando se propõe políticas de intervenção regional, considerando que um dos principais equívocos nesta dinâmica é não criar mecanismos que corrijam as distorções que vão sendo gradativamente impostas pelo mercado no momento em que inclui uma determinada região em sua lógica de acumulação.

Referências

- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. Revista Econômica do Nordeste. Vol. 30 n.2 abr-jun de 1999.
- BENKO, George. Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1999.
- ESTEVAM, Luis Antônio. O tempo da transformação. Estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás. São Paulo: Unicamp. Tese de doutorado em Economia, 1997.
- IANNI, Octávio. Estado e capitalismo, estrutura social e industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- OLIVEIRA, Francisco. Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Goiás. Economia e desenvolvimento. Ano V n. 13 out-dez de 2003.



A Nova Abertura Econômica Brasileira: Sustentabilidade ou Euforia?¹

No dia 22 de outubro de 2004, foi realizado no auditório da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro o seminário "A nova Abertura da Economia", promovido pela Fundação Getúlio Vargas do Rio em parceria com o Jornal O Globo.

O seminário buscou analisar o atual excelente momento das contas externas nacionais, denominado "virada histórica", bem como a possibilidade de estar o país iniciando uma nova estratégia de desenvolvimento econômico, sustentada em sucessivos superávits comerciais e de transações correntes. Além disto, discutiu as ameaças à continuidade deste processo, como por exemplo, a necessidade de se abrir novos mercados, alcançar maior diversificação da pauta de exportações brasileiras, melhorar a infra-estrutura logística e reduzir a carga tributária e a burocracia a que o exportador está submetido.

Os números atuais divulgados pelo Ministério da Indústria e Comércio (MDIC), até a terceira semana de outubro, registram sucessivos recordes de exportações, saldos comerciais crescentes, fortalecimento da corrente de comércio, além de maior grau de abertura econômica, indicado pela superação da barreira do 1% de participação brasileira no comércio internacional.

Com base neste novo cenário conjuntural, este artigo tem por objetivo analisar o comportamento recente das contas externas nacionais, bem como o desempenho de alguns indicadores: taxa

* Economista, Pós-Graduado em Mercado de Capitais - EPGE/FGV-RJ e em Gestão Pública - UEG. Gestor de Planejamento e Orçamento (SEC) e professor da disciplina Finanças Internacionais na UNIP/GO. e-mail: fhseixas@yahoo.com.br

¹ Agradecimentos a Dinamar Maria Ferreira Marques e Marcos Fernando Arriel (Contas Regionais - Seplan-GO) pelo interesse e discussão do assunto.

*Flávio Henrique de Sarmiento Seixas**



de juros primária, inflação, níveis de atividade econômica e crescimento econômico mundial. A avaliação destes principais indicadores e a evolução das contas externas permitirão visualizar, com maior clareza, as possibilidades atuais de uma mudança no processo de desenvolvimento econômico brasileiro, como sugeriu o professor Carlos Langoni, diretor do Centro de Economia Mundial da FGV, no seminário em questão.

1 - Desempenho Recente das Contas Externas Nacionais: O Período 1993/2004

A Tabela 1 mostra o desempenho da Balança Comercial, das Transações Correntes e dos Investimentos Estrangeiros Externos (IED) no país nos últimos doze anos. Nela, observa-se que o país obteve saldos comerciais de até US\$ 13 bilhões, em 1993, antes da valorização cambial advinda com o Plano Real. Com os efeitos do Plano, o país acumulou sucessivos déficits comerciais, de 1995 a 2000, com diminuição a partir de 1999, em função da mudança de regime cambial, de administrado para flutuante, ocorrida em 13 de janeiro deste ano. No período de 2001 a 2004, os saldos comerciais passam a ser positivamente crescentes e a estimativa do Ministério da Indústria e Comércio é de superávit comercial de US\$ 32 bilhões para o ano de 2004.

Os saldos das Transações Correntes são ainda mais significativos. No período indicado na Tabela 1, os saldos negativos são crescentes, sobretudo, a partir de 1994. Com a valorização cambial ocorrida no Plano Real, as exportações mantiveram-se praticamente estáveis, enquanto as importações deram um salto significativo logo no primeiro ano após a implementação do Real (1995), isto gerou déficits comerciais. Somam-se a estes os déficits da Balança de Serviços, pois os itens serviços e rendas líquidas enviadas ao exterior cresceram de US\$ 14,7 bilhões em 1994 para US\$ 27,5 bilhões em 2001, segundo o Banco Central do Brasil.



Tabela 1
Balança Comercial, Transações Correntes e IED
Brasil: 1993 à 2004 (US\$ Milhões FOB)

Ano	Exportações	Importações	Saldo da Balança Comercial	Saldo das Transações Correntes	Investimentos Estrangeiros Diretos (IED)
1993	38.555	25.256	13.299	-676	1.291
1994	43.545	33.079	10.466	-1.811	2.150
1995	46.506	49.972	-3.466	-18.384	4.405
1996	47.747	53.346	-5.599	-23.502	10.792
1997	52.983	59.747	-6.765	-30.452	18.993
1998	51.140	57.763	-6.624	-33.416	28.856
1999	48.011	49.295	-1.283	-25.335	28.578
2000	55.086	55.839	-753	-24.225	32.779
2001	58.223	55.572	2.650	-23.215	22.457
2002	60.362	47.240	13.121	-7.637	16.590
2003	73.084	48.290	24.794	4.016	10.144
2004	94.000 *	62.000 *	32.000 *	6.700 **	15.000***

* Meta do Governo Federal. No acumulado dos últimos 12 meses o saldo comercial já é de US\$ 32 bilhões.

** Projeção do Relatório de Inflação de Setembro do BACEN (dados de Agosto).

*** Projeção do Relatório de Mercado do BACEN (22/10/2004)

Fonte: MDIC e BACEN

Elaboração Própria

Eis aí o ponto central. O país necessita financiar os déficits frequentes da Balança de Serviços. Este financiamento ocorre de duas formas para os países menos desenvolvidos (mercados emergentes): através de superávits da Balança Comercial ou através de superávits na Conta Financeira do Balanço de Pagamentos. Com o câmbio valorizado nos cinco primeiros anos do Real (1994 a 1998), a equação de ajuste do Balanço de Pagamentos se deu via estímulo aos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e Investimentos Estrangeiros em Carteira (IEC), conforme pode ser observado pela Tabela 2.

A partir de 1999, os Investimentos Estrangeiros em Carteira diminuem e, em função da necessidade de suprir os déficits em Transações Correntes, no período 1999/2001, o ajuste do Balanço de Pagamentos se dá priorizando os Investimentos Estrangeiros Diretos.

O período 2001/2003 é marcado pela redução, em nível global, dos investimentos estrangeiros nos mercados emergentes. Graças à mudança de regime cambial (câmbio flutuante), ocorrida em janeiro de 1999, o país adentrou em um ciclo de recuperação dos saldos comerciais e, em 2002, a necessidade de financiamento do déficit de Tran-

sações Correntes havia caído de US\$ 23,2 bilhões para US\$ 7,6 bilhões, conforme Tabela 2.

O fato mais marcante nos dois últimos anos, 2003 e 2004, é a obtenção de superávits comerciais em magnitude superior aos déficits da Balança de Serviços, gerando superávits em Transações Correntes. De acordo com o último Relatório de Inflação do Banco Central (BACEN), divulgado em setembro de 2004, o superávit previsto é de US\$ 6,7 bilhões para o ano de 2004. Contudo o excelente desempenho da Conta Financeira até setembro e o surpreendente desempenho do mês de outubro, com previsão de superávit de US\$ 900 milhões, poderá elevar esta projeção para US\$ 10 bilhões, conforme prevê o último Relatório de Mercado do BACEN. Vale lembrar que, historicamente, o mês de outubro é deficitário, pois apresenta grande concentração de pagamentos de juros. Segundo o Departamento Econômico do BACEN, o superávit para os últimos 12 meses (Out03/Set04) já é de US\$ 9,8 bilhões e, no acumulado do ano é de US\$ 9,6 bilhões, sendo os melhores da série histórica, iniciada em 1947. Somente em duas ocasiões o Balanço de Pagamentos do país apresentou, por dois anos consecutivos, superávits em Transações Correntes: foram nos biênios 64/65, com US\$ 365 milhões no período, e 88/89 com um total de US\$ 5,2 bilhões.



Tabela 2
Evolução das Transações Correntes e Investimentos Estrangeiros
Brasil - 1993 a 2004

Ano	Saldo da Balança Comercial	Saldo das Transações Correntes	Investimentos Estrangeiros Diretos	Investimentos Estrangeiros em Carteira	Investimentos Estrangeiros Total***
1993	13.299	-676	1.291	12.929	14.220
1994	10.466	-1.811	2.150	54.047	56.197
1995	-3.466	-18.384	4.405	10.372	14.777
1996	-5.599	-23.502	10.792	22.022	32.813
1997	-6.765	-30.452	18.993	10.908	29.901
1998	-6.624	-33.416	28.856	18.582	47.438
1999	-1.283	-25.335	28.578	3.542	32.121
2000	-753	-24.225	32.779	8.651	41.430
2001	2.650	-23.215	22.457	872	23.329
2002	13.121	-7.637	16.590	-4.797	11.793
2003	24.794	4.016	10.144	5.129	15.272
2004	32.000 *	6.700 *	15.000	-4.228**	10.772

* Previsões segundo o MDIC e BACEN, respectivamente.

** Para o ano de 2004, o resultado corresponde ao somatório até o terceiro trimestre.

*** Desconsiderando "Outros Investimentos Estrangeiros".

Elaboração Própria

Considerando a previsão menos otimista, o biênio 2003/2004, proporcionará superávit em Transações Correntes próximo aos 11 US\$ bilhões. E isto acontecerá em um ambiente com taxa de câmbio competitiva, sobretudo em 2004, e sob o regime flutuante, ao contrário da tradição cambial brasileira, de taxas fixas e, freqüentemente, desvalorizadas. E aí reside o ponto central da análise, como veremos adiante. Caso as projeções mais otimistas se confirmem, poderá o saldo em Transações Correntes alcançar US\$ 10,1 bilhões. Esta é a previsão tanto do grupo de conjuntura da UFRJ como do último Relatório de Mercado do Banco Central (US\$ 10,0 bilhões). Em se confirmando, o acumulado no biênio atingirá US\$ 15,1 bilhões.

Convém ressaltar que este desempenho excelente das contas externas nacionais vem produzindo outros resultados raramente vivenciados, como é o caso da redução da dívida externa brasileira, que caiu de US\$ 214,9 bilhões em dezembro de 2003, para US\$ 202,9 bilhões em julho deste ano. Isto contribui para a diminuição da relação dívida/PIB e, associada a uma taxa de câmbio estável, reduz a vulnerabilidade externa brasileira.

É neste ambiente que se acredita poder estar iniciando uma nova estratégia de desenvolvimen-

to econômico, centrado na mudança estrutural das contas externas brasileiras. A grande questão é, de fato, saber onde está a causa desses resultados positivos?

Ao discutir as ameaças à nova estratégia de desenvolvimento econômico, o seminário pouco enfatizou os fatores externos. Na realidade, toda a estrutura das contas externas brasileiras, no período analisado, vem dependendo não só da entrada de capitais estrangeiros, mas, até em maior grau, da "disposição" com que os fluxos de capitais internacionais fluem em direção aos mercados emergentes, ou seja, dos movimentos da economia mundial. Assim, em períodos de crescimento econômico mundial, há um efeito alavanca e os mercados emergentes tendem a receber novos investimentos e a participar da recuperação econômica, melhorando seus saldos comerciais. Em períodos recessivos o contrário se verifica gerando pressão cambial e, por vezes, grandes estragos através das "fugas de capitais" e da necessidade de socorro dos Organismos Internacionais de Crédito.

Atualmente existem três importantes causas exógenas que favorecem a melhoria das contas externas nacionais: baixa taxa de juros oficiais norte-americanas, os fed funds (1,75% ao ano), que estimula os capitais a buscarem melhor re-

muneração, justamente nos mercados emergentes; a recuperação dos preços das commodities agrícolas e metálicas verificada nos últimos dois anos, fortalecendo os saldos comerciais dos países menos desenvolvidos, especificamente do Brasil; a recuperação da economia mundial - liderada por China, EUA, Japão e área do Euro - engendrando fôlego no comércio internacional.

Diante deste quadro, uma estratégia de desenvolvimento econômico centrada no fortalecimento dos resultados das contas externas, precisa levar em consideração a dependência ao movimento dos capitais internacionais. Acreditar em mudança estrutural do processo de desenvolvimento econômico a partir deste excelente momento das contas externas brasileiras significa acreditar que este ambiente externo favorável irá durar por tempo suficiente, até que os déficits da Balança de Serviços sejam menos significativos que os atuais, em torno de US\$ 24 bilhões, mais de 1/4 do expressivo saldo comercial esperado para 2004 e de 1/3 do saldo obtido em 2003. E, que os superávits em Transações Correntes se sustentarão, mesmo nas fases de desaquecimento da economia mundial que tendem a reduzir significativamente os saldos comerciais. Porém, caso isto venha a ocorrer estará comprovada a competitividade das exportações brasileiras em uma economia globalizada, como a atual.

O momento atual é, sem dúvida alguma, especial e o país está sabendo tirar proveito para incrementar a abertura comercial, dinamizar suas exportações e melhorar sua avaliação frente aos investidores internacionais. E deverá manter esta estratégia, pois conforme a durabilidade e intensidade deste novo processo, o país poderá adentrar em uma nova fase de crescimento econômico, sustentado pela maior participação no comércio internacional.

Porém, neste instante, parece ser mais prudente creditar a redução da vulnerabilidade externa e a melhoria das contas externas nacionais à conjunção de fatores favoráveis aos fluxos de capitais internacionais: crescimento econômico mundial, taxas de juros baixas e com poucas ameaças de subidas não graduais (EUA) e recuperação do preço das commodities agrícolas e metálicas (alumínio, aço e cobre).

2 - A Conjuntura Econômica Atual e as Possibilidades de Sustentabilidade:

Não obstante o excelente resultado das contas externas, o crescimento econômico sustentado só será viável se outros indicadores econômicos internos contribuírem, conjuntamente, para a manutenção da recuperação econômica em curso.

Os últimos indicadores de crescimento econômico e níveis de atividade industrial divulgados pelo IBGE indicam que a economia brasileira está crescendo vigorosamente: o PIB cresceu 5,7% nos últimos quatro trimestres, do terceiro trimestre de 2003 ao segundo trimestre de 2004, e a produção industrial cresceu 10,1% no trimestre maio/julho em relação ao mesmo trimestre de 2003.

A tabela 3 traz a previsão do mercado para o término de 2004 e de 2005 para alguns dos principais indicadores de conjuntura, divulgados no Relatório de Mercado do BACEN de 22 de outubro de 2004.

Tabela 3
Indicadores Conjunturais -
Expectativa de Mercado

Indicador	2004	2005
IPCA (%)	7,18	5,89
Meta Taxa SELIC (% aa - fim de período)	17,00	15,50
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	55,00	54,00
Produção Industrial (% de crescimento)	7,20	4,17
PIB (% de crescimento)	4,56	3,50
Conta Corrente (US\$ bilhões)	10,00	3,60
Balança Comercial (US\$ bilhões)	32,63	27,00
Taxa de Câmbio - média do período (R\$ / US\$)	2,96	3,05
Investimento Estrangeiro Direto (US\$ bilhões)	15,00	13,00

Fonte: Relatório de Mercado BACEN (22/10/2004)

Como pode ser observado, os indicadores sinalizam para um crescimento médio do PIB, em torno de 4% no biênio 2004/2005. O crescimento de 4,56% previsto para 2004, aparentemente grande, deve ser contrastado com a base a que foi comparado (2003) e que estava deprimida.



Mesmo assim, são resultados animadores. Há, sobretudo, a expectativa de que as contas externas mantenham um bom desempenho em 2005. Segundo as estimativas, a Balança Comercial registrará superávit de US\$ 27 bilhões e as Transações Correntes serão superavitárias em US\$ 3,6 bilhões. Neste cenário, o mercado aposta em queda gradual da SELIC para 2005, finalizando o ano em torno de 15,5% ao ano.

Há, porém, algumas ameaças ao crescimento sustentado brasileiro. Um dos principais entraves para que a economia cresça às taxas atuais por um período mais prolongado, é a capacidade instalada da indústria. Atualmente ela já opera, em alguns setores (papel e celulose, borracha, siderurgia, metalurgia), em níveis próximos ao de estrangulamento. Outra questão grave é a energia elétrica. O Operador Nacional do Sistema Elétrico já comunicou que, se o país crescer a taxas de 3,5% pelos próximos quatro anos, haverá déficit grave de energia em 2008, em todas as regiões. Adicionadas a estas, estão as dificuldades logísticas e os custos maiores advindos dos fretes brasileiros, os quais se encarecem em função das péssimas condições das estradas. Sem dúvida, investimentos serão necessários e o grande desafio na condução da política econômica será administrar o "vôo do canarinho" nem em céus de brigadeiro, nem tão próximo do chão, para evitar a queda prematura.

Estes motivos reforçaram a decisão do Conselho de Política Monetária, em sua reunião de outubro, em manter o gradualismo sinalizado de aumento da SELIC. O aumento foi de 1/2 ponto percentual e o mercado estima que haverá mais uma subida de 0,25 p.p até o fim do ano, fechando 2004 em 17% ao ano.

Contudo, um dos indicadores que dão mais otimismo quanto a sustentabilidade de crescimento, pelo menos por mais um período (2005), é a percepção do mercado de que os atuais aumentos graduais da SELIC serão transitórios. Isto é indicado pela expectativa da taxa SELIC para dezembro de 2005 (15,5%) contra os 17% para 2004. E, pelo spread embutido nas operações de um ano nos swaps Pré X DI. O spread, atualmente está baixo, compatível com períodos de recuperação econômica, segundo análise do professor Caio Prates da UFRJ. Na prática isto quer dizer que os agentes econômicos já embutiram a previsão de aumento da SELIC e que esperam interrupção dos aumentos graduais, com queda para o próximo ano. Assim, as implicações do aperto monetário pouco devem afetar ou comprometer a recuperação econômica em curso.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Inflação, setembro de 2004.

_____. Relatório de Mercado, 22 de outubro de 2004.

Exportações Levam Contas Externas a Recorde. O Globo. Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2004. Caderno de Economia p. 29.

Seminário "A Nova Abertura da Economia". O Globo. Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2004. Disponível em: <http://www.oglobo.com.br/especiais/exterior>. Acesso em 22 de outubro de 2004.

UFRJ, Análise & Conjuntura. Rio de Janeiro, ano 4, nº 56, setembro de 2004.



Pesquisa de Intenção de Investimentos no Estado de Goiás

Investimentos nos setores industriais e de serviços alcançarão R\$ 8,23 bilhões até 2007

O governo de Goiás tem concentrado esforços no sentido de atrair investimentos produtivos com o objetivo de expandir, modernizar e diversificar a economia do Estado, buscando a geração de novos postos de trabalho e renda, procurando reduzir as desigualdades sociais e regionais, através de incentivos fiscais e de linhas de créditos voltados à produção.

A pesquisa de intenção de investimentos na segunda edição do boletim Conjuntura Econômica Goiana apurou o montante de R\$ 8,23 bilhões de investimentos nos setores industriais e de serviços, em 888 projetos e gerando aproximadamente 75 mil novos postos de trabalhos, até 2007. Estes investimentos estão apresentados por atividade econômica e localizados por região de planejamento.

Analisando os investimentos quanto à atividade econômica, verificou-se que, R\$ 3,2 bilhões (39,0%) correspondem ao segmento de Alimentos e Bebidas e R\$ 1,8 bilhões (21,7%) à atividade de Mineração e Beneficiamento. Juntas, totalizam 60,7% das intenções de investimentos e 27,4% dos projetos anunciados.

O expressivo montante de investimentos previstos na atividade de Alimentos e Bebidas se deve

à importância deste segmento na economia goiana, destaque para a fabricação de açúcar e álcool etílico, abate e preparação de produtos de carne, fabricação de óleos vegetais e derivados e laticínios. As indústrias alimentícias identificam vantagens competitivas na região dos cerrados considerando como atrativo grande disponibilidade de grãos, concentração de rebanho bovino e produção de leite, além da privilegiada posição geográfica do Estado de Goiás.

No que se refere à atividade Mineral e Beneficiamento, há uma busca por minerais como níquel, ouro, cobre, fosfato e outras substâncias em Goiás. As empresas ligadas a grandes grupos internacionais têm urgência em pesquisar as áreas e beneficiar o minério para atender a grande demanda do mercado mundial, sobretudo a Ásia.

Do total de investimentos previstos no Estado, 38,7% (R\$ 3,19 bilhões) estão localizados na Região de Planejamento Centro Goiano, com destaque para o município de Anápolis. Outras três regiões que apresentaram concentração na intenção de investimentos foram Entorno de Brasília (14,1%), Metropolitana (11,3%) e Sudoeste Goiano (10,4%). As demais regiões totalizaram 22,3% e, 3,2% do montante previsto ainda não têm definido o local de instalação.



Tabela 1
Intenção de Investimentos para Goiás
Montante de Investimentos e Quantidade de Projetos por Atividades
2004 - 2007

Atividades	Montante (R\$ 1.000)	Projetos
Alimentos e Bebidas	3.206.296	193
Atividade Mineral e beneficiamento	1.782.647	50
Outras atividades industriais	774.289	127
Metal-Mecânico	687.971	53
Químico/Farmacêutico	545.003	69
Plásticos/Embalagens	507.939	50
Comércio Atacadista e Varejista	231.000	146
Serviços	162.154	104
Insumos Agropecuários	126.715	22
Calçados/Têxtil/Confecções	124.911	59
Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	76.312	15
Total Global	8.225.237	888

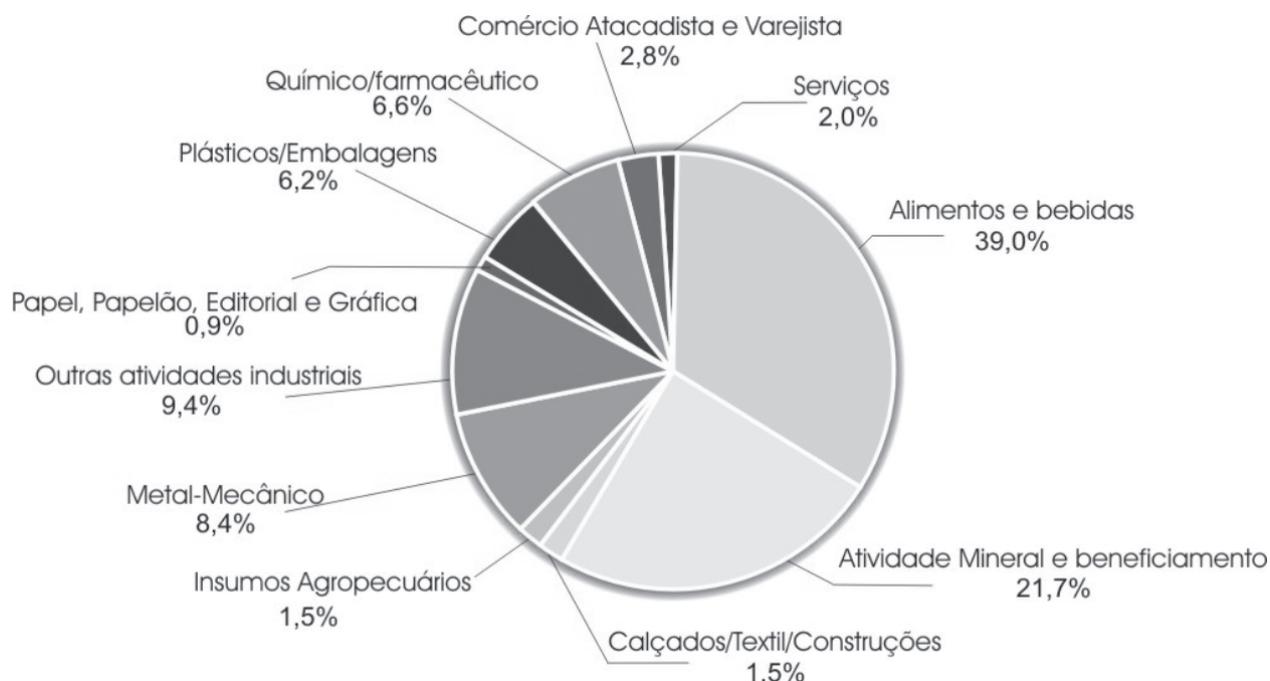
Fonte: SIC/SEFAZ/Seplan-GO/FCO/Jornais Diversos
 Elaboração: Sepin/Seplan-GO
 Dados Preliminares sujeitos a retificação. Coletados até 29/10/2004

Tabela 2
Intenção de Investimentos para Goiás
Montante de Investimentos e Quantidade de Projetos por Região de Planejamento
2004 - 2007

Região de Planejamento	Montante (R\$ 1.000)	Projetos
Centro Goiano	3.188.710	168
Sudoeste Goiano	1.158.057	76
Metropolitana	928.976	366
Entorno de Brasília	851.115	52
Oeste Goiano	620.068	44
Sul Goiano	454.258	73
Norte Goiano	358.971	27
Sudeste Goiano	298.661	54
Noroeste Goiano	78.001	22
Nordeste Goiano	26.775	4
Sem definição	261.645	2
Total	8.225.237	888

Fonte: SIC/SEFAZ/Seplan-GO/FCO/Jornais Diversos
 Elaboração: Sepin/Seplan-GO
 Dados Preliminares sujeitos a retificação. Coletados até 29/10/2004

Gráfico 1
Intenção de Investimentos para Goiás - 2004 / 2007
Participação dos Investimentos por Atividades



Fonte: SIC/SEFAZ/Seplan-GO/FCO/Jornais Diversos
 Elaboração: Sepin/Seplan-GO
 Dados Preliminares sujeitos a retificação. Coletados até 29/10/2004

Metodologia da Pesquisa de Intenção de Investimentos no Estado de Goiás

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação da Seplan para levantar as intenções de investimentos no Estado de Goiás, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, O Popular, Diário da Manhã e Valor Econômico. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria e Comércio, através dos projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos do programa PRODUZIR e FUNMINERAL; ao Fundo Constitucional do Centro-Oeste, através da aprovação das cartas consultas; à Goiás Fomento e à Secretaria da Fazenda. Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas e expandidas no Estado, verifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados são apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos por atividade, por Região de Planejamento e quantitativo de projetos e emprego gerado. Os valores dos investimentos previstos são expressos em reais.



Normas para publicação de artigos

O **Boletim Conjuntura Econômica Goiana**, editado pela Superintendência de Estatística Pesquisa e Informação, da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura econômica de Goiás.

Os artigos são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos:

- Formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 4 páginas, incluindo notas, tabelas, gráficos e referências bibliográficas;
- Identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- Cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à SEPIN, ou cópia magnética enviada para o e-mail: conjuntura@seplan.go.gov.br;
- Tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentadas no corpo do texto;
- Notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- Citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- Referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da SEPLAN.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Envie-nos seu artigo



Sepin
Superintendência de Estatística
Pesquisa e Informação

